



Helison Geraldo Ferreira Cavalcante é Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA-2007). Atua como docente da Secretaria de Educação (SEDUC-PA) desde 2008, sendo que, nos últimos nove anos, leciona História para adolescentes, do sexo feminino, em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. É especialista em Cinema e linguagem audiovisual pela Universidade Estácio de Sá (2019) e Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua (2019). Pelo projeto *Nossa História das Mulheres* concorreu ao Prêmio Educador Nota 10, tendo sido finalista nacional desta premiação, na edição de 2018.

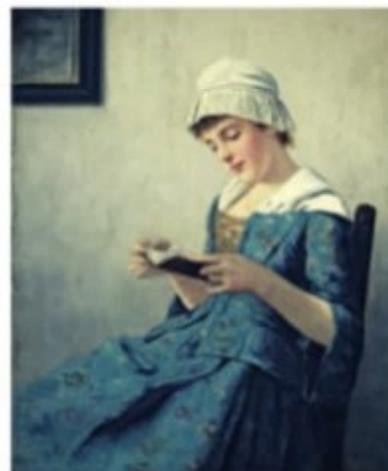
Idealizado no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal do Pará, este livro foi produzido no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), durante o segundo bimestre letivo do ano de 2018, pelas alunas da Escola Antônio Carlos Gomes da Costa (SEDUC), em conjunto com o seu professor de História. A iniciativa levou as socioeducandas a repensarem o seu papel enquanto produtoras de conhecimento e a refletirem sobre a importância que possuem na luta pela igualdade de oportunidades. No livro é contada, pelo professor e pelas adolescentes, uma parte fundamental da história das mulheres no Ocidente, desde a Grécia Antiga, passando pela Idade Média e também por Inglaterra e França revolucionárias. Além disso, são analisados filmes contemporâneos que retratam mulheres fortes e guerreiras, comprometidas com a construção de um mundo mais justo.

Nossa História das Mulheres

Helison Cavalcante

NOSSA HISTÓRIA DAS MULHERES

*REPRESENTAÇÕES DO FEMININO
NO CINEMA E NA SALA DE AULA*



HELISON CAVALCANTE

NOSSA HISTÓRIA DAS MULHERES

Representações do feminino no cinema e na sala de
aula

HELISON GERALDO FERREIRA
CAVALCANTE

Copyright © 2019 Helison Cavalcante

Todos os direitos reservados.

ISBN: 978-1-6888-3120-9

Responsável pela capa: Eder Ferreira Monteiro

Imagens da capa:

“Menina pequena lendo” (1890) de Charlotte J. Weeks; “Lesend Grossmutter auf Ofenbank” (1907), de Albert Anker Swiss; “A quiet read”(s/d) de Ernst Anders e “Details about a Young girl reading” (1776) de Jean-Honore Fragonard.

Cavalcante, Helison Geraldo Ferreira
C376n Nossa História das Mulheres: representações do feminino no Cinema e na sala de aula / Helison Geraldo Ferreira Cavalcante. – Belém – PA: Independently published, 2019. 81 p.

ISBN: 978-1-6888-3120-9

Inclui referências.

1. História - Ensino. 2. História das Mulheres. 3. Medidas socioeducativas. I. Título. II. Autor.

CDD: 990

*“Perder o rumo é bom
Se perdido a gente encontra
Um sentido escondido
Em algum lugar.”*

(Engenheiros do Hawaii)

ÍNDICE

Agradecimentos	VIII
Apresentação	10
Introdução	13
1 A História das mulheres, questões de gênero e o feminismo: noções preliminares	28
2 Cidadania? A mulher e suas funções sociais na Grécia Antiga	33
3 Preservar o corpo: a mulher na Idade Média, o casamento, a virgindade e a fé	40
4 Serão mesmo humanas? A Declaração dos Direitos do homem e do cidadão e seus impactos para as mulheres	47
5 As mulheres, as máquinas e a Guerra: a conquista de postos no Mercado de trabalho	56
6 A contemporaneidade, o cinema e as mulheres: a luta pela igualdade de oportunidades continua viva	63
Considerações finais	67
Bibliografia Consultada	76
Sobre o autor	79

AGRADECIMENTOS

Esta obra foi idealizada no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre os anos de 2016 e 2019, e desenvolvida no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), ligado à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FASEPA), onde leciono pela Escola Estadual Antônio Carlos Gomes da Costa, atrelada à Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). Todas estas instituições, e também a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), que me concedeu licença curso, foram fundamentais para a conclusão deste livro, e merecem agradecimentos.

Meu orientador no Mestrado, José do Espírito Santo Dias Júnior, e os demais membros das bancas de qualificação e de defesa da dissertação, Tony Leão da Costa, Carlos Leandro da Silva Esteve, Francivaldo Alves Nunes e Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti também merecem sinceros agradecimentos por terem me levado a repensar várias vezes os andamentos de nossas experiências.

A coordenadora do PROFHISTÓRIA Edilza Joana Oliveira Fontes, a secretária do mestrado, Ana Alice Vilhena, e os professores das disciplinas do curso, Conceição Almeida, Carlos Bastos e Cleudir Moraes também foram fundamentais em nosso percurso acadêmico.

Todos os colegas de turma, no mestrado em Ensino de História, também merecem agradecimentos, pois as discussões que eles instigaram, durante as aulas, de algum modo, vieram parar neste livro, em especial Ernesto Padovani Netto, Anderson Rodrigo Tavares Silva, Daniel Tavares Rodrigues, Edgar Viegas, Luíz Antônio, Bruno Amorim, Plínio Sá, Rafael Castro, dentre outros.

Foram de fundamental importância todos os membros da equipe de trabalho do Centro Socioeducativo Feminino, composta por professores,

equipe pedagógica e socioeducadores, dentre muitos outros profissionais, das mais diversas áreas, que atendem diariamente às socioeducandas, tendo tido uma participação muito direta Socorro Vale, Twiggy Portilho, Ciane Garcia, Raimundo Dickson, Reginaldo Carneiro, Klebson Andrade, Dion Cunha, Tarcisio Moraes, Erika Fares, Olindo Matos, Erenilda Almeida, Evana Celeste, Ligia Carla, Leidiane Jacira, Alessandra de Paula, Jesse Teixeira, João Neto, dentre muitos outros colegas.

Eder Ferreira Monteiro, velho amigo da graduação, que hoje desenvolve uma brilhante carreira artística, não pode neste momento ser esquecido, visto que colaborou imensamente com a produção de um site que buscou divulgar o nosso projeto para a rede estadual de ensino e também criou a capa de nosso livro.

As vinte e uma estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas que estudaram no CESEF, entre outubro de 2017 e maio de 2018, não podem ser citadas nominalmente, por força de lei, mas abraçaram a proposta de escrever este livro e, por isso, merecem muito mais do que agradecimentos, pois dividem comigo a autoria desta obra e, acima de tudo, a inspiração dela.

Por fim, devo agradecer a toda a minha família, que enfrentou, junto comigo, situações extremamente difíceis nos últimos anos, com o nascimento dos gêmeos Vinicius e Hernán, que ocorreu durante o curso do mestrado e, conseqüentemente, da produção deste livro. Cuidar de nossos gêmeos, um dos quais enfrentou vários problemas de saúde, desde o seu nascimento, e manter a rotina de trabalho, por muitas vezes pareceu uma tarefa impossível de ser realizada. Apesar disso, as adversidades foram superadas, com muita dedicação coletiva e fé. Ao fim de tudo, nos tornamos mais fortes e tudo valeu à pena.

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto do trabalho colaborativo de vinte e dois autores. Ele foi idealizado por mim, durante o curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, realizado na Universidade Federal do Pará, no campus de Ananindeua, entre os anos de 2016 e de 2019, e foi produzido no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), com a coautoria de vinte e uma estudantes, privadas de liberdade, que cumpriam medidas socioeducativas de internação, durante os anos de 2017 e de 2018.

Sendo veterano na prática de lecionar história para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, notei que um dos principais problemas das alunas em relação ao seu processo de aprendizagem, é que a maioria delas possuía a autoestima bastante abalada no que se refere aos estudos, e não conseguia se enxergar enquanto produtoras de conhecimento.

Nesse sentido, para superar esta adversidade, as adolescentes do Centro Socioeducativo Feminino (CESEF) foram desafiadas a participar da produção de um livro de História, durante as aulas que elas assistiam. Ficou decidido por nós que o livro teria um caráter paradidático, e que ele partiria dos conteúdos programáticos do ensino regular da educação básica, mas enfocaria a participação das mulheres nos diferentes contextos e processos

históricos que analisaríamos, bem como a representação que é feita delas, socialmente, tanto nas salas de aula, quanto nos filmes.

Nunca tivemos a intenção de esgotar os assuntos aqui abordados, mas sim de exercitar a prática da escrita das alunas em cumprimento de medidas socioeducativas, bem como a de apresentar alguns pontos da história das mulheres ao público leigo, distante da academia, que tem pouco acesso ao tema, visto que os livros didáticos e paradidáticos brasileiros pouco abordam essa temática, que tem sido muito mais discutida dentro das universidades e de livros mais técnicos, do que nas salas de aula da educação básica. Acreditamos ter realizado, neste sentido, um bom trabalho.

Nossa metodologia se baseou no protagonismo das adolescentes, sendo que, no mês de outubro de 2017, realizamos um questionário com as alunas, que visava compreender o que elas entendiam sobre questões relativas ao feminismo, ao machismo e à história das mulheres. A análise desse questionário deu origem à nossa introdução que, além disso, também descreve o ambiente e a rotina das alunas internadas no CESEF.

Os capítulos propriamente ditos do livro foram escritos a partir dos temas abordados durante sequências didáticas. Neste sentido, em um primeiro momento, era entregue às alunas um texto base, de minha autoria, construído a partir das obras de historiadores renomados, referências nos estudos sobre a atuação das mulheres em diversos contextos históricos. Esse texto era discutido em sala e as alunas respondiam questões sobre ele. Suas respostas eram analisadas, editadas e incorporadas ao texto inicial. Em uma segunda aula, apresentávamos um filme que dialogava com a temática do texto anterior. As alunas respondiam questões sobre a relação entre o filme e a aula. Essas respostas também eram incorporadas ao texto original e, assim, o capítulo estava concluído. Vale ressaltar que possuíamos quatro turmas e que cada uma delas ficou responsável por pelo menos um capítulo

de nosso livro.

Por fim, elaboramos mais um questionário, cujo objetivo era perceber o resultado da nossa intervenção, e quais as mudanças que ela provocou na visão de mundo das alunas sobre o universo feminino e também sobre o papel de cada uma delas enquanto mulheres na sociedade. A análise deste questionário deu origem a nossa conclusão.

Vale ressaltar que as medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais, estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e representam uma resposta à prática de um delito, mas elas vão muito além disso, pois possuem, necessariamente, um caráter de predomínio educativo e não apenas punitivo em sua execução. As medidas socioeducativas são aplicadas a pessoas na faixa etária entre os 12 e os 18 anos, podendo-se, excepcionalmente, estender a sua aplicação a jovens com até 21 anos incompletos.¹

Atualmente, na região metropolitana de Belém, a escola responsável pela educação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas se chama Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antônio Carlos Gomes da Costa. Ela funciona em um espaço cedido pela FASEPA (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará), na Unidade de Atendimento Socioeducativo de Ananindeua. A escola em questão atende seus alunos em oito anexos, sendo um deles o Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), no qual viviam e estudavam as adolescentes que desenvolveram este livro em conjunto comigo.

¹ Para maiores informações, acessar o site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas-socioeducativas-1>>. Acesso em 13/07/2017.

INTRODUÇÃO: “NOSSA HISTÓRIA DAS MULHERES, UM TRABALHO, VÁRIOS AUTORES”

Conforme nos adverte Carla Pinsky (2017, p.9), Michelle Perrot é uma das mais importantes pesquisadoras da história das mulheres, sendo mundialmente conhecida, tendo escrito vários livros, que receberam inúmeras publicações e traduções em diversos países. Um dos trabalhos de Perrot merece destaque especial na nossa análise, por ser muito acessível ao grande público e extremamente instigante. Trata-se de um pequeno livro, chamado *Minha história das mulheres*. Esta obra nasce de um programa de rádio, transmitido na própria voz de Perrot, que falava sobre a história das mulheres, para um público composto por não especialistas, e que mais tarde se transformou em um livro, cujo próprio título deixa bem explícito ao leitor que nele existe uma visão pessoal da autora, a respeito de um tema muito específico, por mais que tal visão venha apoiada em anos de estudo.

No início de *Minha história das mulheres*, Perrot aborda o significado de escrever a história das mulheres, missão que não deve ser banalizada, por mais que as mulheres tenham sido, por longo tempo, mergulhadas em silêncios impostos e sufocadas por imagens distorcidas, o que levou algumas delas, em muitos casos, a desprezarem a importância de sua

própria história.

No contexto de produzir, em conjunto com mulheres que pouco conhecem a sua história enquanto grupo - parcela da humanidade -, uma obra especificamente sobre essa história, vemos que a iniciativa e os argumentos de Michelle Perrot são inspiradores, e essa é uma das razões pela qual atribuímos ao nosso livro o título *Nossa história das mulheres*. A outra razão para fazermos essa escolha é que esta obra é construída a partir da interação de muitas pessoas em um ambiente escolar, portanto, é uma história contada por um grupo, logo, *nossa*.

Acreditamos no protagonismo das alunas no processo educativo e, por isso, realizamos, em conjunto com as adolescentes internadas no Centro Socioeducativo Feminino, a produção deste livro, que parte da noção de que um texto histórico também é um artefato literário, que é feito para existir enquanto narrativa, e para atingir a diversos públicos. Nesse sentido, pensamos que a valorização do caráter narrativo do texto histórico apresenta significativa importância para alunas em privação de liberdade, pois elas necessitam sentir algum tipo de aplicabilidade nos conhecimentos escolares, o que vem a ser materializado com a produção de textos de cunho histórico e a sua posterior publicação, o que contribui, até mesmo, para a elevação da autoestima de toda a comunidade escolar (CAVALCANTE, 2018, p. 162).

As coautoras desta obra são adolescentes, que por diversos motivos e que, cada uma a seu modo, infringiram regras sociais e, por isso, cumprem medidas socioeducativas por decisão judicial, estando, no momento, em situação de privação de liberdade. Nosso trabalho se iniciou com somente doze adolescentes que começaram a produzir *Nossa história das mulheres*, e se encerrou com seis, mas durante todo o processo,

participaram 21 alunas², que realizaram atividades a respeito da história das mulheres entre outubro de 2017 e maio de 2018.

Neste primeiro momento, descreveremos o cotidiano em que as socioeducandas viviam e estudavam e os resultados de um questionário que foi aplicado às doze alunas iniciais, durante o mês de outubro, do ano de 2017.

O local em que elas viviam, o Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), era e é muito amplo, mas sofria com alguns dos problemas infraestruturais comuns aos espaços de privação de liberdade no Brasil. No prédio conviviam diversas equipes de trabalho, multidisciplinares, muito sólidas e dispostas a prestar, de forma satisfatória, todo o atendimento necessário às adolescentes.

O CESEF está ligado à FASEPA (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará) e se localiza no município de Ananindeua, zona metropolitana de Belém, Estado do Pará, e é rodeado por altos muros, que distanciam as adolescentes do restante da cidade. Conviviam no CESEF professores, técnicos em educação, assistentes sociais, psicólogos, administradores, dentre diversos outros profissionais, que dividiam espaço nas áreas mais próximas ao portão de entrada do prédio, e que atendiam às adolescentes com muita dedicação.

Adentrando mais no CESEF, chegamos a um segundo portão, sempre fechado, por questões relativas à segurança. Atravessando ele, estava uma área que possuía uma pequena quadra poliesportiva, usada para a prática de esportes e para o banho de sol das adolescentes. Dentro dessa área, que é muito ampla, encontrava-se a entrada dos quartos, onde as

² A educação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas enfrenta um grande desafio, que é a alta rotatividade de alunas, haja visto que a maioria delas não permanece por um ano letivo completo, estando matriculadas na nossa escola somente pelo tempo que dura o cumprimento de sua medida, que é determinado por um Juiz da Infância e da Juventude.

adolescentes passam a maior parte de seu tempo, mas também a entrada do refeitório e das três pequenas salas de aula que o CESEF possuía. A estrutura dessas salas de aula não era a ideal, pois elas eram pequenas e possuíam algumas infiltrações e, além disso, as cadeiras eram antigas e pouco confortáveis. Mesmo assim, era notável a boa vontade de todos os profissionais do CESEF no sentido de superar essas adversidades, para garantir a realização de aulas de qualidade.

As doze alunas que iniciaram nosso trabalho se dividiam em quatro turmas. No momento da aplicação do questionário, haviam duas terceiras etapas³, uma delas chamada de “terceira etapa A”, composta por cinco alunas, e outra chamada de “terceira etapa B”, composta por quatro adolescentes. Havia também uma quarta etapa, com duas alunas e uma adolescente no primeiro ano do ensino médio, que assistia às aulas sozinha. O número reduzido de estudantes por turma se deve a alta complexidade do trabalho, que envolve algumas alunas com um longo histórico de abandono escolar, bem como com algumas dificuldades na prática de interações sociais.

Além dessas doze estudantes, o CESEF possuía outras adolescentes internadas, que estudavam no ensino fundamental menor (até o quinto ano do ensino fundamental), e assistiam a suas aulas pela manhã, logo, em outro turno, portanto, não fazendo parte de nosso trabalho, sendo atendidas por outros professores.

Vale ressaltar que costumam acontecer alguns desentendimentos

³ A educação existente dentro do sistema socioeducativo no Estado do Pará se dá através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que visa possibilitar ao aluno cursar dois anos letivos em um único ano-calendário, a fim de permitir que alunos com atraso escolar corrijam desvios série-idade. A terceira etapa, corresponde ao sexto e sétimo ano do ensino fundamental e a quarta etapa, ao oitavo e nono ano do ensino fundamental. O ensino médio é cursado de forma regular, com as três séries existindo independentemente, pois os menores de idade que estão no ensino médio não apresentam grave desvio idade-série.

entre as alunas dentro do CESEF, por motivos diversos, muitas vezes ligados à condição de privação de liberdade, mas que eles, em geral, apresentam pequenas proporções, mesmo assim dificultando um pouco a organização das aulas. É comum, sobretudo nas terceiras etapas, aonde as turmas são mais numerosas, que as alunas troquem de turma durante a semana, por motivo de pequenos conflitos entre elas.

Outro dado relevante é que, o fato de na ocasião da nossa produção haverem quatro turmas no CESEF e somente três salas de aula foi um complicador do processo educativo, e nos levou a ministrar aulas para o ensino médio, menor turma, em salas improvisadas. Apesar disso, os profissionais, tanto os da FASEPA, quanto os da SEDUC⁴, através de trabalho em conjunto, tornaram possível a realização de todas as tarefas propostas.

O material escolar que as adolescentes usavam durante as aulas passava por um rigoroso controle. Cabia ao professor levar até a sala de aula os cadernos e os livros que a aluna usaria no dia, bem como o lápis, a borracha e o apontador. O uso de canetas, no ano de 2017, era proibido, pois se entendia que elas possuíam várias partes, que poderiam vir a ser transformadas em “estoques”, e eventualmente serem usadas para produzir bilhetes para visitantes, ou se converterem em artefatos perigosos. Quanto aos lápis, fáceis de serem quebrados, e de terem uma parte subtraída, o professor era instruído a estar atento a eles, quando da ocasião da sua entrega à aluna e, mais tarde, na sua posterior devolução. Deveria ser levado somente um apontador por turma, ficando este sob a guarda do professor.

⁴ SEDUC é a Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará, instituição responsável por oferecer os professores, de todas as disciplinas, para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Estado do Pará, de acordo com o CONVÊNIO N° 237/2016, que é um convênio de cooperação técnica celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, assinado em 14 de novembro de 2016, na cidade de Belém.

As aulas no CESEF eram acompanhadas por, no mínimo, um socioeducador (monitor)⁵, sendo que o número destes profissionais era variável, de acordo com o número de alunas na turma. Sobre os socioeducadores, muitos deles concluíram ou estavam cursando licenciaturas, nas mais diversas áreas do conhecimento, possuindo, portanto, grande instrução, mas não costumavam interagir com a dinâmica das atividades em sala, para, assim, assegurar a regência da aula ao professor da disciplina.

Os livros e os cadernos, bem como todos os materiais utilizados durante a aula, deveriam ser recolhidos pelos professores no final do dia letivo e, caso o docente percebesse a falta de algum material, ele deveria comunicar o ocorrido ao socioeducador.

Outra adversidade que enfrentamos foi a falta de acesso das alunas ao material didático fora do horário de aula. As socioeducandas costumavam estudar dentro dos seus quartos somente em situações especiais, como, por exemplo, quando em proximidade de exames nacionais, visto que elas realizam provas, como a do Exame Nacional do Ensino Médio, dentre outras, mas, na maior parte do tempo, o material escolar ficava indisponível a elas.

O relacionamento entre os professores e as alunas costumava ser marcado por mútuo respeito e elas se sentiam a vontade para falar sobre diversos temas com eles, pois existia uma relação de confiança bem estabelecida entre as partes.

Em relação aos professores que trabalhavam no CESEF, todos eram do quadro efetivo de funcionários da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC), concursados e lotados na Escola Antônio Carlos Gomes da Costa, que atende exclusivamente a adolescentes

⁵ Socioeducador ou monitor é profissional responsável pelo cumprimento das atividades das alunas, nas unidades de atendimento socioeducativo.

em cumprimento de medidas socioeducativas, e se localiza no município de Ananindeua. SEDUC e FASEPA possuíam um convênio que garantia a divisão de responsabilidades entre essas instituições no que tange à educação formal dos socioeducandos. Existiam oito unidades de cumprimento de medidas socioeducativas no Estado do Pará e, cada uma delas, possuía salas de aula ligadas à Escola Antônio Carlos Gomes da Costa. As alunas que terminavam o ano letivo no CESEF, caso obtivessem os requisitos necessários de desempenho e de frequência, eram promovidas a série seguinte.

Com relação às adolescentes, podemos dizer que, apesar de possuírem um relativo desvio entre série e idade, todas sabiam ler e escrever no início de nosso projeto, mas, algumas delas apresentavam dificuldades na interpretação textual e na organização das ideias para a produção escrita. Devemos ressaltar que as atividades de sala de aula são obrigatórias para as meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, logo, a frequência delas costuma ser alta, pois, caso elas se recusassem a comparecer, ou demonstrassem algum tipo de intolerância durante a aula, retornariam ao seu respectivo quarto. Todas as alunas de ensino fundamental maior e de ensino médio estudavam no turno da tarde, sendo que as duas alunas de quarta etapa e a estudante de ensino médio, além disso, faziam estágio durante o turno matutino.

Sobre o questionário que as socioeducandas responderam, nele constavam seis perguntas, as quais poderiam ser livremente respondidas pelas alunas. Os objetivos do questionário eram verificar o conhecimento das estudantes sobre temas como a atual situação da mulher no mundo capitalista, o interesse delas em estudar a história das mulheres, o conhecimento apriorístico delas em relação ao tema da história das mulheres, a experiência que possuíam com o machismo, e, além disso, buscávamos verificar a disposição das adolescentes em escrever um texto

histórico, enquanto artefato literário, sobre a temática da história das mulheres.

Optamos por não identificar as alunas, nem mesmo com pseudônimos, haja visto que a legislação vigente no Brasil resguarda a identidade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e, por isso, preferimos não criar mecanismos que possibilitem posterior verificação de suas identidades. Além do mais, as adolescentes assumiram, neste livro, uma identidade de autoras de uma obra coletiva, feita em conjunto, não individual, portanto, dentro do possível, assumiremos seus discursos enquanto uma construção única, não cabendo aqui diferenciá-las umas das outras.

A primeira pergunta do questionário dizia respeito à percepção da adolescente sobre a importância das mulheres no mundo atual. Buscávamos compreender qual o papel que a adolescente atribuía às mulheres no mundo e, portanto, a si própria. Dada a experiência de vida que muitas delas possuíam, de fugir ao papel que a sociedade costuma atribuir às mulheres, de recato e de docilidade, esperávamos, nesta questão, encontrar respostas que apontassem para uma visão alternativa de mundo, mas não foi isso o que verificamos. Nas respostas delas, chamava atenção que a maioria enfatizou a importância da mulher enquanto mãe e responsável pela família e pelo lar. Uma delas afirmou textualmente que “A mulher serve no mundo para dar filhos para os homens, e também, quando os homens vão trabalhar, as mulheres ficam cuidando dos filhos para cozinhar pros maridos e cuidar das casas.” Outra disse que:

“Mulher engravida, dá a luz a um bebê, mulher gosta de estar arrumada, gosta de estar em salão de beleza, mulher gosta de fofoca, mulher é inteligente, gosta de se divertir, brincar, algumas

são mais caseiras, mais tímidas, mulher menstrua,
pode criar os filhos sozinha.”

Outras meninas enfatizaram a atuação da mulher no mundo do trabalho, uma delas, afirmando que:

“Para mim uma mulher é muito importante no mundo atual, ela é trabalhadora, inteligente, assume muitas responsabilidades, como trabalhar de professora, médica, veterinária, cobradora de ônibus, etc. Elas são capazes de trabalhar em grandes coisas.”

Outra enfatizou a atual independência da mulher, dizendo que:

“nossa importância é que agora nós mulheres somos independentes, nós agora podemos ter nossa casa, podemos trabalhar igual aos homens e não somos mais dependentes deles, fazemos nossas próprias escolhas, com os mesmos direitos.”

Duas alunas chegaram a comparar as realidades masculina e feminina. Uma delas disse que a mulher tem um papel “igual do homem para o mundo. A mulher é importante para várias coisas, tanto para as mais simples quanto para as mais diferentes, pelo fato que as mulheres se dedicam mais as coisas que elas fazem.” Outra adolescente afirmou que:

“Bom, modéstia a parte, os homens precisam de nós, assim como precisamos deles. Acho que não somos importantes só atualmente, sempre fomos. Assim como o homem não é nada sem a mulher, a mulher não é nada sem o homem. Fomos feitos para fazer companhia um ao outro.”

Por estas respostas, podemos notar que o papel percebido pelas adolescentes para as mulheres no mundo atual se concentra no eixo família-trabalho, a maioria delas tendo demonstrado orgulho do fato de serem capazes de gerar filhos e de realizar atividades remuneradas. As opiniões delas não fogem ao que diz Perrot, que acredita que a relação das mulheres com o poder inscreve-se primeiramente em um jogo de palavras, pois a palavra “poder”, para esta autora, é um termo polissêmico que no singular possui uma conotação política e designa basicamente uma figura central, que se supõe masculina. Mas no plural, este termo, para Perrot, se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a influências difusas e periféricas, em que as mulheres têm sua grande parcela. A autora arremata afirmando que, se as mulheres não têm o poder, as mulheres têm os poderes (PERROT, 2017, p. 177).

A segunda pergunta do questionário inquiria as alunas sobre se elas consideravam as mulheres capazes de realizar as mesmas tarefas que os homens. A maioria das meninas demonstrou acreditar que as mulheres são tão capazes quanto os homens, mas ao justificarem sua resposta, enfatizaram o fato de que mulheres atualmente realizam atividades que demandam grande esforço físico. Poucas citaram mulheres que exercem cargos de chefia. Uma das alunas afirmou que “hoje em dia você vê a mulher trabalhando em qualquer lugar, no mesmo trabalho dos homens,

pesado. As mulheres também fazem trabalho como ajudante de pedreiro, eletricista, etc. direitos iguais.”. Outra comparou o sucesso de trabalhos feitos por mulheres, cujo estigma da profissão é masculino, com o resultado de trabalhos tipificados socialmente como femininos, sendo realizados por homens, indicando que as mulheres se saem melhor na comparação geral, dizendo que “São capazes de fazer alguns trabalhos de homem. Ex. pedreira, gari, cobradora de ônibus, etc. as mulheres são muito importantes, tem homens que não conseguem cuidar dos filhos sozinhos e mulheres conseguem.” Uma terceira aluna enfatizou a sua convicção, afirmando que:

“claro que somos. A lei machista que tinha entre as mulheres, de dizer que as mulheres são frágeis, que tem que cuidar da casa e dos filhos não tem porque. A mulher provou que pode trabalhar igual a um homem, nós mostramos o nosso valor.”

Duas alunas deram respostas um tanto quanto diferentes das demais. A primeira ressaltou que “as mulheres são sim capazes de fazer quase as mesmas tarefas que os homens, mas não quando se refere a força física, a força mental sim, até melhor.” A segunda enfatizou que “Acho que pode ser mais capazes de que os homens em algumas tarefas de trabalho. Elas assumem cargos nas grandes empresas e muito mais.”

Como podemos notar, a maioria das socioeducandas, em suas respostas, não captou as profundas mutações que o Brasil vem enfrentando, nos últimos anos, em múltiplas direções, da política à subjetividade, da ciência à religião, desde os mais longínquos espaços geográficos do país até o centro do poder político, na conquista do posto da Presidência da República e de alguns ministérios (RAGO, 2013, p. 24). Apesar disso, as

respostas demonstram bem o ponto de vista de que essas adolescentes se consideram tão capazes de executar tarefas quanto os homens.

A terceira pergunta do questionário dizia respeito ao machismo. Perguntamos se as alunas sabiam o que é o machismo e se notaram que já foram vítimas de alguma atitude machista. Dez afirmaram conhecer o significado do machismo, mas nem todas se dispuseram a conceituá-lo. Uma delas disse que “é quando o homem fala que só ele sabe fazer algum trabalho, a mulher não.” Outra disse que “Machismo é uma pessoa que fala de mau humor com as outras.” Essa mesma adolescente, também reporta o fato de existirem mulheres machistas, que segundo ela são “Mulheres invejosas que pensam que só elas podem conseguir tudo, que só elas podem conseguir a roupa e os cabelos que ela quer, ou colocar a gente pra baixo, falando que a gente é feia, que não ta bom a roupa, etc.” Uma terceira socioeducanda revelou que, para ela, machismo é “Tipo falar que as mulheres não são capazes de fazer nada, alias de cozinhar, lavar, passar roupa, etc”. Uma quarta aluna relatou considerar o machismo como a experiência de sentir que “tem muitos homens que querem ofender as mulheres, falar que elas não tem potencial.” Esse discurso é semelhante ao de outra aluna, que afirma que “machismo é o homem que se sente superior às mulheres, os que “pensam” que nós mulheres não podemos fazer as mesmas atividades que eles, mas nós podemos.” Discurso semelhante ao da adolescente que afirmou que o “machismo é uma opinião que se apresenta ideias de que nós mulheres não podemos isso e aquilo, não conseguimos, não somos capazes, etc.” Como podemos notar, a noção que as adolescentes possuíam acerca do machismo é semelhante, se caracterizando pela desconfiança que o sexo oposto demonstra em relação as habilidades e a capacidade das mulheres.

Após tentar conceituar o machismo, a maioria das alunas relatou ter sido vítima de atitudes machistas, em diferentes contextos, merecendo

destaque alguns relatos como o de uma aluna, que afirmou ter se relacionado com uma pessoa que “gosta de falar mal da outra que está em um relacionamento com ela, que manda, que humilha, etc.” Outra socioeducanda disse que sofreu machismo até mesmo em seu núcleo familiar, pois, segundo ela, “meu pai falou que eu não podia capinar o quintal pois eu não ia ter tanta força quanto ele.” Outra aluna diz ter sofrido preconceito semelhante, afinal “uma vez quando eu estava na frente de casa os meninos falaram que eu não era homem pra capinar, que eu não podia fazer isso, porque quem faz isso é homem.” Uma das adolescentes, em curioso relato, afirma que uma vez um homem reclamou porque ela não sabia fazer comida e que muitas mulheres próximas concordaram com ele, pois também eram machistas. Essa mesma aluna revela uma visão desfavorável acerca dos homens, afirmando que:

“O homem é brabo ele discute com sua mulher o dia todo dizendo que ela é vagabunda, dizem que não presta pra nada, dizem que não são capazes de vencer na vida porque não tem uma boa escola, um bom estudo, ou talvez porque usem droga, de prostituta, vadia é xingada a mulher muitas vezes.”

Como podemos perceber, as socioeducandas possuem uma certa noção do que seja o machismo e revelam ter sofrido com atitudes machistas, sendo cometidas tanto por homens, quanto por mulheres, mas nenhuma dessas adolescentes relacionou o machismo ao mundo do trabalho formal. Não relataram, em suas respostas, disparidades entre salários de homens e de mulheres, nem demonstraram se dar conta de que a maioria dos cargos de chefia no Brasil é ocupado por homens, mas

revelaram, como vimos, reconhecer que o preconceito de gênero existe e se faz presente em seu cotidiano.

Como podemos perceber, as alunas, por mais que vivendo internadas em uma unidade exclusivamente feminina, onde recebem diversas orientações multidisciplinares de profissionais como assistentes sociais e psicólogos, dentro do próprio CESEF, referentes a temas diversificados como a saúde e a segurança da mulher, não demonstraram conhecer o feminismo e suas conquistas, e o fato de que ele desfez fronteiras tradicionais, instituídas entre as diversas dimensões da vida em sociedade, afirmando que os problemas domésticos deveriam ser denunciados como questões de domínio público (RAGO, 2013, p. 25).

A quarta pergunta do questionário trata do interesse da aluna pelo estudo da história das mulheres. Todas responderam que acham importante conhecer o passado feminino, que é um passado de lutas e de conquistas, mas não houve grandes desenvolvimentos em suas respostas.

A quinta pergunta inquiria a aluna sobre se ela considera que as mulheres tem tanta capacidade quanto os homens para escreverem livros. Todas afirmaram que sim, que já viram vários livros escritos por mulheres. Uma delas afirmou que:

“eu vejo vários livros que escritoras são quem escreve e são histórias da sua própria vida, dos amigos, dos pais. São realmente valorizadas pois são mulheres que lutaram para chegarem onde estão hoje. Então elas alcançaram o topo.”

Notamos, na fala da adolescente, que, para ela, vencer na vida e chegar ao ponto de escrever para contar suas próprias aventuras significa estar no topo, logo, ela demonstra valorizar os livros e seus/suas

autores/autoras.

A última pergunta questionava as alunas se elas se consideravam capazes de escrever um livro, pergunta que, assim como a anterior, se torna importante no contexto de nossa pesquisa, pois, conforme anunciado, pretendíamos produzir uma obra coletiva com as alunas. Todas se disseram capazes de escrever. Uma delas afirmou que:

“Sim, me acho capaz porque sou inteligente e se eu usar muito mais minha inteligência, sou capaz de escrever um livro bom, enorme, com idéias, opinião das pessoas ou da cidade onde eu moro, dos costumes e cultura.”

Outra aluna acredita que tem muito a dizer, respondendo que “Sim, porque eu tenho muitas histórias para contar sobre minha vida, coisas boas e coisas não muito favoráveis.” Uma terceira, sem muita modéstia, afirmou que “Sim, sobre a minha vida, ia vender muito, eu tenho certeza.” Outra adolescente, com aspirações literárias, afirmou que “essa ideia de escrever um livro não surgiu de hoje para mim, sempre quis.”

Como podemos notar, as doze alunas que responderam ao questionário se mostraram interessadas em estudar a história das mulheres e, além disso, revelaram entusiasmo em relação ao desafio que propomos, de escrever um livro sobre este tema.

1 A HISTÓRIA DAS MULHERES, QUESTÕES DE GÊNERO E O FEMINISMO: NOÇÕES PRELIMINARES⁶

Ao analisar o passado da relação entre homens e mulheres no Ocidente, devemos reconhecer que vivemos em uma época marcada por importantes avanços em nossa sociedade. As mulheres, que outrora não podiam votar e nem mesmo trabalhar fora de casa sem a autorização do pai ou do marido, hoje em dia conquistaram o direito de estudar e de decidir os seus rumos profissionais e pessoais. Apesar disso, não podemos deixar de atentar ao fato de que as diferenças sociais entre homens e mulheres continuam sendo traduzidas em desigualdades e, muitas vezes, em culpa, preconceito e violência, que é bem verdade, já foram bem maiores e mais explícitas do que são hoje, mas que ainda atormentam milhões de mulheres pelo mundo (PINSKY, 2014, p. 9).

Atualmente, as mulheres brasileiras possuem uma série de direitos assegurados, como o da existência de delegacias especializadas em atendê-las e a Lei Maria da Penha, que pune a violência doméstica cometida contra elas. Apesar disso, a violência de gênero ainda é um problema que afeta a

⁶ Este capítulo foi construído a partir de discussões realizadas durante as aulas do segundo bimestre letivo de 2018, que ocorreram em todas as turmas do CESEF.

vida das mulheres brasileiras, sendo comum ouvir relatos de mulheres que sofreram, ou que presenciaram alguém sofrendo, violência física ou psicológica, quer seja nas ruas - aonde homens assediam garotas em qualquer horário, tiram fotos inadequadas sem a devida autorização delas, em esquinas, ônibus ou escadas -, quer seja na própria família - onde acontece forte preconceito, com meninas sendo desencorajadas a praticarem esportes, pelos pais, ou a sofrer restrições na escolha de sua própria roupa, ou tamanho dela, além do abuso sexual, violência, muitas vezes praticada por parentes, ou pelo próprio marido. É, infelizmente, comum que os homens se sintam donos das mulheres ainda hoje. Mais isso já foi muito pior.

Neste contexto, para avançarmos ainda mais no combate à desigualdade entre os sexos, compreender a história das mulheres é de suma importância, e devemos levar em conta que ela é uma história relacional, pois inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas, sendo que, nessa perspectiva, podemos perceber que a história das mulheres é fundamental para compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente cristão (DEL PRIORI, 2017, p. 8). Em nosso estudo, partiremos da idéia de que:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORI, 2017, p. 7).

Para estudar a história das mulheres, necessitamos compreender o conceito de “gênero” e, ao tratarmos dessa noção, nos referimos à construção cultural do que é percebido e pensado como diferença sexual, ou seja, das maneiras como as sociedades entendem, por exemplo, o que é “ser homem” e “ser mulher”, e o que representa o masculino e o feminino. A ideia de gênero, portanto, diz respeito tanto às ideias que têm referência a diferença sexual e que servem de base para outras interpretações do mundo, quanto às práticas sociais orientadas por essas ideias (PINSKY, 2014, p. 11).

Neste quadro, para compreendermos a história de luta das mulheres, devemos também conhecer um pouco sobre o movimento feminista, este que, possui uma característica muito particular, pois é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria, o que se deve, entre outras razões, ao tipo social de militante que o impulsionou, na segunda metade do século XX, mulheres, de classe média, educadas, principalmente nas áreas das humanidades, da crítica literária e da psicanálise (PINTO, 2010, p. 15). Em sentido muito amplo, “feminismo” e “feministas” são palavras que designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos (PERROT, 2017, p. 154). O feminismo age como uma sucessão de ondas, através de manifestações públicas, raramente violentas, que são realizadas graças a pessoas, personalidades e às muitas militantes do movimento que lutam pela igualdade de oportunidades entre os sexos.

Apesar desse impulso que o movimento teve no século passado, a luta das mulheres contra a desigualdade é bem anterior ao século XX e, podemos notar que:

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes

pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis. Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX , quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *suffragettes* como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome (PINTO, 2010, p. 15.).

No Brasil, a primeira onda do feminismo se deu mais publicamente também na luta pelo direito ao voto, conquistado nos anos 30; ganhou corpo nos anos 60, no meio de vários outros movimentos sociais; e entrou em uma fase de grande efervescência nos anos 80, com a criação de grandes grupos e coletivos que tratavam de uma gama muito ampla de temas, como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil e luta contra o racismo. Na última década do século XX, o movimento feminista passou por um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que lutavam, principalmente, pela intervenção do Estado, buscando a aprovação de medidas protetivas para as mulheres, bem como a promoção de sua maior participação na política (PINTO, 2010, p. 17).

Atualmente, o movimento feminista apresenta grande influência na sociedade, mas também sofre críticas, mesmo em seu interior. Nesse contexto, devemos levar em conta que:

Defender o direito das mulheres não significa que as mulheres tenham todos os direitos. Havia uma razão para lutar pelo direito das mulheres: a desigualdade era e continua sendo muito flagrante. Mas se as mulheres se tornam mais fortes, têm também contas a prestar: elas não têm necessariamente razão, nem todos os direitos, diante das crianças ou dos homens. O mundo atual tenta pensar as liberdades de cada um ao máximo, recompor os códigos e equilibrar as liberdades (PERROT, 1998, p. 143).

Independentemente de sofrer algumas críticas, o movimento feminista, assim como o conhecimento da história das mulheres, é fundamental no sentido de enfrentar a desigualdade de oportunidades, possibilitando o florescimento de uma sociedade mais justa, onde a mulher seja respeitada enquanto indivíduo. Esse debate apresenta grande importância no momento histórico em que vivemos, marcado pelo fortalecimento de candidaturas de políticos que atacam às mulheres e o seu passado de luta e de conquistas.

2 CIDADANIA? A MULHER E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS NA GRÉCIA ANTIGA⁷

Acerca das relações entre trabalhadores, em ambientes que envolvem homens e mulheres, em pleno século XX, foi observado, por uma famosa historiadora amazônica, que o discurso de muitos homens, entre as décadas de 40 e 50, ainda era o de que “mulheres nas padarias causavam problemas de amores” (FONTES, 2002, P. 115), ou seja, para eles, o ambiente de trabalho, em muitos setores, era visto como impróprio para o sexo feminino. Tal discurso, que ainda se reproduz em alguns setores no mundo atual, não é nada novo. Ainda persiste, em muitos setores da sociedade, a ideia de que algumas funções de trabalho são impróprias para as mulheres, mas, apesar disso, cada vez mais elas vêm ganhando espaço no mundo do trabalho, e se percebendo como capazes de exercer qualquer profissão, quer seja ela de exigência física ou intelectual.

No passado, essa distinção entre o papel social do masculino e do feminino era muito mais nítida. Em Atenas, na Antiguidade, já existia uma

⁷ Este capítulo foi construído a partir de discussões realizadas com uma turma de primeiro ano do ensino médio, composta por adolescentes em privação de liberdade, nas aulas de história, durante o segundo bimestre letivo do ano de 2018.

grande segregação entre homens e mulheres, havendo a ideia de que algumas funções deveriam ser exercidas exclusivamente pelos homens, ao passo em que, um certo comportamento era socialmente esperado das mulheres, que envolvia uma série de restrições a elas.

Mesmo hoje em dia, com todas as conquistas sociais obtidas, a mulher ainda é percebida, antes de tudo, como uma imagem, um rosto, um corpo, vestido ou nu, e isso se acentua mais porque, na cultura judaico-cristã, ela é constrangida ao silêncio em público, devendo ora se ocultar, ora se mostrar, sendo que, códigos bastante precisos regem suas aparições, assim como as de tal ou qual parte de seu corpo podem ser exibidas (PERROT, 2017, p. 49-50).

As campanhas publicitárias deixam tudo isso muito claro, pois em algumas delas é comum vermos mulheres serem, muitas vezes, objetificadas, aparecendo com pouca roupa e em silêncio, principalmente em propagandas de cervejas, onde elas parecem mais um incentivo à satisfação masculina. Nesse sentido, acerca da *representação* feita das mulheres, levemos em conta que, de Aristóteles a Freud, o sexo feminino é visto como uma carência, um defeito, uma fraqueza da natureza, sendo que, para o primeiro, a mulher é um homem mal-acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida, ao passo em que o segundo faz da “inveja do pênis” o núcleo obsedante da sexualidade feminina. Ambos os pensadores, cujas vidas foram separadas por vários séculos, representam a mulher como um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade (PERROT, 2017, p. 63).

Nesse quadro, em que vemos até mesmo grandes pensadores do passado revelarem visões preconceituosas sobre a mulher, notamos que a exclusão de seus direitos foi uma dura realidade vivida por elas, cujo acesso ao poder político sempre e em toda parte foi difícil. Nesse sentido, a cidade grega, primeiro modelo da democracia, excluía-as radicalmente (PERROT,

1998, p. 118), ao mesmo tempo em que pensava energeticamente a cidadania e a construção política como o coração da decisão e do poder. O lugar das mulheres no espaço público era, então, problemático (PERROT, 1998, p. 8) e a simples presença do sexo masculino já denotava o seu poder, sendo considerada o argumento forte daquele que tem voz sobre aquela que deve ser virtuosa pela obediência e pelo silêncio (FRANKLIN, 2016, p. 96).

De todas as fronteiras, a da política foi, na maioria dos países, a mais difícil que as mulheres tiveram de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o negócio dos homens, sendo assim, a *polis* grega excluía as mulheres, tal como os escravos e os bárbaros, mas de maneira diferente. As mulheres podiam intervir, mas em caso de crise aguda, na qual a existência da *polis* era posta em risco, o que era, por si só, considerado uma grande catástrofe (PERROT, 2017, p. 151).

Nesse contexto, devemos observar que as mulheres de Atenas, na Antiguidade, compunham um grupo que a sociedade desejava ver silenciado. O ideal estabelecido para elas era o silêncio e a reclusão, ao menos parece ser essa a expectativa social mais comum que se tinha sobre as mulheres (SILVA, 2013, p. 29). Havia um discurso claro em relação a sua função social e, desse modo, era no palco da *polis* que os homens buscavam ter o controle sobre as mulheres, estipulando o casamento e a família como fundamentais para a sustentação da cidade, dado que esta precisava repor constantemente o número de soldados. Assim, a mulher não deveria ter uma vivência própria, devendo existir apenas como uma extensão dos homens (SILVA, 2013, p. 33).

No cotidiano das mulheres atenienses, o isolamento, além de marcante, era uma prática habitual. Ficavam longas horas dentro de casa e dentro dos quartos, tinham tão pouco contato com outras pessoas de fora da casa que se envergonhavam de serem vistas, e a casa era o seu lugar por excelência, a ponto dos homens a considerarem como o lugar próprio das

mulheres e, conseqüentemente, de todos os seus afazeres (SILVA, 2013, p. 39-40).

Para as mulheres atenienses, a condição de cidadania sempre esteve ligada à vida doméstica, mas também a garantir uma descendência legítima aos homens, que os permitisse ter o direito à voz pública. Nesse sentido, Xenofonte expressou uma antiga tradição do mundo antigo ao definir que o objetivo do casamento era gerar filhos legítimos e preservar a economia doméstica (LASCH, 1999, p. 56). Desse modo, para se ter direito à voz nas assembleias, as prerrogativas eram extensas, tanto que muitas vezes a cidadania poderia ser questionada, pois a legitimidade da descendência teria que ser comprovada para se ter esse direito. A lei determinava que a cidadania era um direito masculino, mas estaria atrelada à descendência da esposa legítima do chefe da casa, sendo assim, este deveria zelar pela educação dos filhos para que fossem capazes de proferir discursos em público, pois o direito de se pronunciar em assembleia, representava a legitimação da posição na sociedade (FRANKLIN, 2016, p. 96-97).

Neste quadro, devemos ter em mente que a legitimação da descendência, e da cidadania dos filhos, estaria ligada não só a condição sociocultural do pai, mas também ao casamento, e a situação da mãe, que deveria advir de família ateniense. Neste caso:

Se uma mulher for dada em casamento legal pelo pai, ou pelo irmão dela, ou ainda por seu avô por parte de pai, seus filhos serão legítimos. Se não existir nenhum desses parentes e a mulher for uma herdeira, o seu tutor a desposará, mas se ela não for uma herdeira, qualquer um a quem seu tutor a confie há de tomá-la sob sua guarda (ARNAOUTOGLU, 2003, p. 18).

Outra exclusão que as mulheres costumavam sofrer diz respeito às guerras. Tradicionalmente e em toda parte, a guerra é por excelência a função dos homens, e as mulheres costumam ser excluídas do manejo das armas nos campos de batalha. Em Atenas, elas acolhiam os guerreiros, celebravam os seus triunfos e choravam seus mortos. As amazonas são um mito que traduz o medo que os homens têm de ver as mulheres pegando em armas. Muitas mulheres lamentavam essa exclusão (PERROT, 1998, p. 136) e ainda lamentam. No Brasil, atualmente, o serviço militar é obrigatório somente para os homens e as jovens são desestimuladas pelas famílias ao alistamento. Aliás, as famílias ainda constroem as mulheres ao silêncio em muitos círculos sociais: rodas de conversa sobre futebol ou política, principalmente em camadas mais humildes da sociedade, são quase que exclusivamente compostas por homens. Às mulheres, fica reservado o silêncio e o espaço doméstico.

Neste cenário, devemos observar que, desde as famosas obras de Homero, as atividades das mulheres costumavam ser ligadas ao lar, que representava a própria descrição da personalidade feminina, sendo que um bom exemplo disso está na construção da virtude da mulher ligada ao ato de tecer, por meio da descrição épica de Penélope. A narrativa homérica impregna a atividade do tecer de nobreza e virtuosidade. Penélope, em silêncio, tece sua própria condição de mulher. Tecer infinitamente significa tomar consciência de sua condição de mulher e estabelece o estatuto da esposa obediente (FRANKLIN, 2016, p. 98).

As mulheres da Grécia Antiga também possuem um lugar nos filmes e acreditamos que o cinema, na nossa sociedade, é muito importante, haja visto que pode ser considerado como uma “nova” linguagem centenária, pois apesar de haver completado cem anos em 1995, ele foi tardiamente descoberto pelas escolas, o que não significa que ele não tenha

sido pensado, desde os seus primórdios, como um elemento educativo, sobretudo em relação às massas trabalhadoras (NAPOLITANO, 2013, p. 11).

Atualmente, o uso do cinema em sala de aula se insere no contexto do que conhecemos como mídia educação, uma área do conhecimento que se tornou tão necessária ao exercício da cidadania na nossa época quanto a alfabetização foi no século XIX (BELLONI, 2012, p. XIV). Desde as primeiras definições desse campo, em reuniões de especialistas sob os auspícios da UNESCO, está presente a ideia essencial de que a educação para as mídias é uma condição imprescindível para a cidadania, sendo um instrumento fundamental para a democratização das oportunidades educacionais e do acesso ao saber e, portanto, de redução das desigualdades sociais (BELLONI, 2012, p. 12). Desse modo, nas sociedades contemporâneas, a importância dos meios de comunicação e, mais recentemente, das tecnologias de informação, é muito grande em todas as esferas da vida social, com consequências claras para os processos culturais, comunicacionais e educacionais (BELLONI, 2012, p. 32). Nesse sentido, enquanto a família, a classe social, o bairro e, às vezes, a religião são fatores de diferenciação dos adolescentes, a escola e a mídia funcionam como fatores de unificação, difundindo uma espécie de síntese dos valores hegemônicos que formam certos consensos relativos à vida social (BELLONI, 2012, p. 33).

Nesse contexto, a análise da mídia, dos meios de comunicação e, mais especificamente do cinema, se tornam fundamentais na educação, pois vivemos em uma sociedade audiovisual, na qual ver filmes se tornou uma prática social tão importante do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais, e isto implica na formação do ser humano do nosso século, este que jamais seria o que é se não tivesse entrado em

contato com a imagem em movimento, pois muito da percepção que temos da história da humanidade talvez esteja irremediavelmente marcada pelo contato que temos/tivemos com as imagens cinematográficas (DUARTE, 2002, p. 17-18).

Ao escolher uma obra para analisarmos em sala de aula, notamos que existem diversos filmes e seriados que retrataram o mundo antigo e as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres durante este período.

As principais obras homéricas, *Iliada* e *Odisséia*, já passaram por diversas adaptações, estreladas por atores de grande prestígio e apelo popular, como Brad Pitt e Diane Kruger. Outras lendas gregas, como a de *Jasão e os Argonautas*, também já foram adaptadas. Nick Willing, entre 1999 e 2000, filmou, na Turquia, uma versão desta aventura, em que chama atenção, dentre outras representações, o retrato feito do reino das Amazonas, que era composto somente por mulheres, que, nesta obra, receberam Jasão (Jason London) e os seus companheiros com muito luxo e diversos confortos, tramando usá-los para a reprodução e depois sacrificá-los. Uma figura feminina que rouba a cena neste filme é Medeia (Jolene Blalock), a bela guardiã do Tosão de Ouro, uma feiticeira temida que é oferecida em casamento ao destemido Jasão.

Devemos observar que boa parte dos valores e das mensagens transmitidas pelos filmes a que assistimos se efetiva não tanto pela história contada em si, e sim pela forma de contá-la, existindo muitos elementos sutis e subliminares que transmitem ideologias e valores tanto quanto a trama e os diálogos explícitos (NAPOLITANO, 2013, p. 57). Nesse sentido, podemos notar que as principais personagens femininas de *Jasão e os Argonautas* destoam, em grande medida, do ideal imaginado no mundo antigo para as mulheres, tornando-se, assim, perigosas e, por conta disso, sempre botam as missões de Jasão e seus companheiros em grande perigo.

3 PRESERVAR O CORPO: MULHERES NA IDADE MÉDIA, O CASAMENTO, A VIRGINDADE E A FÉ

Chamamos de Idade Média para um período muito longo da história humana, que durou cerca de mil anos, entre os séculos V e XV da era cristã, que inspirou e inspira a produção de muitos romances históricos e também de diversos filmes, que atraíram e atraem a fascinação de milhões de espectadores por todo o mundo, despertando a imaginação de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A Idade Média é uma época de grande importância para a compreensão da formação das sociedades ocidentais, pois nela o cristianismo conquistou muitos fiéis e moldou a forma através da qual várias populações, principalmente na Europa, compreendem o mundo. Aliás, a Europa começa a se constituir na Idade Média, pois a civilização da Antiguidade romana só compreendia uma parte deste continente: os territórios do sul, situados na sua maioria em torno do Mediterrâneo. A partir do século V, as regiões do norte (atuais Alemanha, e depois Escandinávia), do Oeste (atuais Bretanha, Inglaterra e Irlanda) e do Leste (atuais Hungria e países da Europa Central) foram pouco a pouco entrando

num espaço político e religioso – que irá constituir a futura Europa (LE GOFF, 2007, p. 19).

Foram vários os aspectos da Idade Média que despertaram a atenção dos historiadores, como a cavalaria e o imaginário religioso, mas, em nossa análise, nos deteremos a situação particular das mulheres medievais. Nesse sentido, devemos nos atentar para o fato de que as damas ou senhoras retratadas nos romances eram, em geral, personagens, heroínas inventadas, sendo que os autores medievais criaram e deram destaque a mulheres notáveis por sua beleza e virtude, idealizadas (LE GOFF, 2007, p. 32). Apesar disso, na mesma época em que se espalhou a lenda dos cavaleiros da Távola Redonda, vemos nascer e se generalizar o casamento, no sentido moderno da palavra, e a Igreja passava a proibir, cada vez mais, e com mais firmeza, a poligamia e o divórcio (LE GOFF, 2007, p. 32).

Nesta época, a Igreja, instituindo o casamento como um dos sacramentos, ligado, em princípio, ao consentimento dos esposos, apoiava o holismo familiar, que era total, principalmente na aristocracia, dominada pelas estratégias da linhagem. O consentimento dos noivos era mais nominal do que real, mas continha em germe um reconhecimento da autonomia das mulheres e uma personalização do casamento (PERROT, 2017, P. 47), que, em geral, era “arranjado” pelas famílias, atendendo a seus interesses, com pretensões de ser uma aliança antes de ser amor, este que, era desejável, mas não indispensável, pois os pais desconfiavam da paixão, destruidora, passageira, contrária às boas relações, às uniões duráveis que fundam as famílias estáveis (PERROT, 2017, P. 46).

Sobre o casamento, e a importância dada ao consentimento dos noivos, por mais que sua opinião nem sempre fosse determinante, LASCH (1999, p. 63-64) diz que:

Segundo a lei canônica da Idade Média, os

compromissos pré-matrimoniais, sobretudo quando houvesse relação sexual, eram tão sólidos quanto o próprio casamento. Os tribunais eclesiásticos decidiam com freqüência que os “pré-contratos”, caso fossem assistidos por duas testemunhas, poderiam invalidar um casamento posterior, mesmo após vários anos de união formal. Este julgamento pode parecer arbitrário e irracional segundo os padrões atuais, mas era totalmente compatível com o ponto de vista segundo o qual a troca de promessas irrevogáveis e a união física eram os elementos essenciais do casamento, não a publicação dos proclamas, o consentimento dos pais, a intervenção do clero ou até mesmo a presença de testemunhas. A Igreja Católica, com a justificativa de que o casamento era um antídoto contra a luxúria, facilitava o casamento e tornava quase impossível a obtenção do divórcio.

Apesar desta lei canônica, não era comum, sobretudo na aristocracia, que os jovens fossem de encontro aos interesses familiares, até mesmo por questões que envolviam a herança, no caso dos homens, e o dote, no caso das mulheres. Desafiar a vontade paterna não era uma decisão bem tolerada, pois repercutiria, de forma decisiva, na formação de alianças entre as famílias, que era fundamental na Idade Média, e também diretamente na construção do patrimônio do novo núcleo familiar, precarizado em caso de desobediência.

Podemos perceber, desse modo, que o casamento era antes de tudo

um pacto entre famílias, no qual a mulher era, ao mesmo tempo, doada e recebida, como um ser passivo, que deveria possuir, como principais virtudes, dentro e fora do casamento, a obediência e a submissão (MACEDO, 2002, p. 20). O casamento possuía, então, uma clara função social e, nesse sentido, LEITE (1999, p. 43) afirma que,

Segundo Duby, os ritos do casamento foram instituídos para assegurar dentro da ordem social medieval a repartição das mulheres pelos homens; para disciplinar, em torno do elemento feminino, a competição masculina; para oficializar a procriação e refrear a sensualidade feminina; para ordenar a desigualdade proclamada pela narrativa mítica da criação; e, por último, para fundar as relações de parentescos, móvel da sociedade como um todo. A evolução do casamento é traçada a partir do intenso processo de cristianização da sociedade. A igreja tentou circunscrever a união conjugal a determinados interditos e regras para disciplinar a sexualidade dos indivíduos. Da sua condenação até a sua aceitação como um sacramento, o matrimônio passou por várias etapas. Justificado pelo ato da procriação, ele foi aos poucos enquadrado numa estrutura ideológica maior, moralizando os costumes e comportamentos sexuais de todos aqueles propícios aos crimes da carne, principalmente a “mulher tentadora”.

Diferentemente dos dias atuais, em que homens e mulheres se casam independentemente de já terem se iniciado sexualmente, para arranjar um bom casamento na Idade Média era fundamental que a virgindade da moça solteira estivesse preservada e, por isso, havia uma obsessão familiar e social em relação a essa questão. A virgindade das moças era cantada, cobiçada, vigiada e a Igreja, que a consagrava como virtude suprema, celebrava o modelo de Maria, virgem e mãe (PERROT, 2017, p. 45). Nesse sentido, o sexo das mulheres deveria ser protegido, fechado e possuído e era atribuída grande importância ao hímen e à virgindade, principalmente pelo cristianismo, que fazia da castidade e do celibato um estado superior (PERROT, 2017, p. 64). Para os Pais da Igreja, a carne é fraca e o pecado da carne era o mais terrível dos pecados, pois a virgindade era tida como um valor supremo para as mulheres e principalmente para as moças, sendo assim, a Virgem Maria, em oposição a Maria Madalena, deveria ser o seu modelo e protetora, pois ela havia sido concebida sem pecado, “pela intervenção do Espírito Santo” (PERROT, 2017, P. 64).

Assim como hoje em dia, época em que a violência sexual é um grave problema social, que afeta milhares de mulheres, que muitas vezes não têm nem sequer a possibilidade de denunciá-la, na Idade Média, preservar a virgindade, sobretudo para moças mais humildes, não era uma tarefa simples. A *violação* era um grande risco, porque constituía um rito de iniciação masculina tolerado na época. Existem descrições de que haviam diversos bandos de rapazes em busca de presas e de que as mulheres capturadas se tornavam infelizes, visto que, passavam a ser sempre suspeitas de serem fáceis e, uma vez defloradas, principalmente se fossem muitos os que o fizeram, não encontrariam quem as queira como esposa. Desonradas, estavam condenadas a prostituição (PERROT, 2017, p. 45). Assim, notamos que moças sozinhas à noite precisavam ter muito cuidado na

Idade Média, pois elas não estavam mais protegidas do que estão as mulheres nas cidades noturnas atuais, e o seu corpo, assim como a sua reputação, estavam em constante perigo (PERROT, 2017, p. 64).

Vencidos estes riscos e, uma vez casadas, as mulheres passavam a ser juridicamente dependentes do marido, pois perdiam o seu sobrenome e estariam submetidas a regras cujo objetivo era a proteção da família. Além disso, se tornavam sexualmente dependentes, pois estavam presas ao “dever conjugal”, e à obrigação da maternidade, que completaria sua feminilidade, sendo que a esterilidade era temida e sempre atribuída à mulher. Uma terceira e dramática dependência também era sofrida pela mulher após o casamento. Ela poderia vir a receber “corretivos” do chefe da casa, depositário da ordem doméstica. Bater na mulher era uma prática tolerada e admitida, desde que não fosse excessiva (PERROT, 2017, p. 47-48). Os homens, fossem pais ou maridos, possuíam o direito de castigar a mulher, assim como a uma criança, um doméstico ou um escravo, e esse era um direito tido socialmente como absoluto, devendo ser evitado durante a gravidez, mas nunca questionado (MACEDO, 2002, p. 28). Esta situação, atualmente, é combatida, através da criação de leis que visam proteger as mulheres, mas, apesar disso, no cotidiano das grandes cidades brasileiras, são freqüentes as manifestações de violência contra o sexo feminino, muitas vezes cometidas dentro da própria família.

Sobre o amor conjugal, é claro que ele poderia existir, mas isso era um golpe de sorte, pois o amor se realizava mais fora do casamento do que dentro dele e era amplamente tolerado para os homens, e muito menos aceito para as mulheres (PERROT, 2017, p. 46), cujo desejo sexual era reprimido e não deveria nem mesmo ser expressado (MACEDO, 2002, p. 27). Além disso, o prazer físico era condenado, e o sexo visto apenas por sua função procriativa (MACEDO, 2002, p. 26), pois o matrimônio era visto pelos nobres como uma estratégia para alianças, e eles não hesitavam

em procurar várias mulheres para a sua satisfação sexual, muitas vezes mantendo a esposa apenas para salvaguardar os acordos firmados (MACEDO, 2002, p. 24).

No cinema há uma grande produção de filmes produzidos sobre a Idade Média, ou pelo menos inspirados em aspectos sociais que o senso comum atribui a esta época. Neste sentido, existe uma comédia, produzida em 1988, dirigida por Rob Reiner, e vista atualmente como um símbolo *cult*, que reflete algumas das ideias que as pessoas atribuem ao modo de vida medieval. Trata-se de *A princesa prometida*, obra estrelada por Cary Elwes e Robin Wrigh. Nela, um avô lê para o seu neto um conto de fadas, em que existe uma linda princesa, lutas de esgrima, piratas e gigantes. Neste filme, a princesa Buttercup (Robin Wright) é apaixonada por um jovem e simples camponês, que abandona seu povoado em busca do enriquecimento, para poder casar-se com a protagonista. A narrativa leva Buttercup a acreditar que, em suas aventuras, o camponês foi assassinado por um pirata e, por isso, aceita o noivado com um príncipe, que se mostra um perigoso vilão. No dia do seu casamento, a princesa é seqüestrada a mando de seu próprio noivo, e reencontra seu grande amor, o camponês. O filme narra as adversidades que os dois personagens principais terão de enfrentar para finalmente ficarem juntos.

Neste filme, vemos a representação da mulher enquanto um ser frágil, em constante perigo quando sozinha, que só se destaca por características como a beleza e a fidelidade. Esse tipo de representação está de acordo com as ideias de DUARTE (2002, p. 54), que acredita que a maioria dos filmes representa as mulheres como dependentes e incapazes de tomar decisões acertadas, sobretudo em situações de perigo, e que elas estão sempre em busca de um complemento masculino, cuja presença, além de significar a realização pessoal, sugere segurança e proteção.

4 SERÃO MESMO HUMANAS? A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO E SEUS IMPACTOS PARA AS MULHERES⁸

4.1- As mulheres na Revolução Francesa

Em 1789, guiados pelo lema de “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, milhares de homens e de mulheres franceses lutaram contra o *Antigo Regime*, desencadeando um evento revolucionário, que marcou não só a França, mas toda a história humana, dando início à contemporaneidade. Membros da família real foram mortos na guilhotina. A igreja perdeu grande parte de sua influência social. A nobreza foi seriamente atingida, perdendo muitas vidas humanas, além de diversos privilégios sociais. Ocorreu a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, que até hoje influencia a cultura política de muitos povos, sobretudo no Ocidente.

Este evento, a Revolução Francesa, aconteceu num contexto de

⁸ Este capítulo foi produzido a partir de discussões realizadas com uma turma de quarta etapa do ensino fundamental.

crise severa nos velhos regimes europeus e em seus sistemas econômicos. Nesse sentido, HOBSBAWM (2010, p. 99) afirma que as últimas décadas do século XVIII, em virtude dessa crise, foram cheias de agitações políticas, não tendo sido a Revolução Francesa um fenômeno isolado, mas sendo ela muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos, pois suas conseqüências foram mais profundas, em virtude de alguns fatores. O primeiro deles, diz respeito ao fato de que a França, na época, era o mais populoso e poderoso Estado da Europa - não considerando a Rússia -, estimando-se que um em cada cinco europeus eram franceses. O segundo fator, diz respeito ao fato de que a Revolução Francesa foi uma revolução *social* de massa, e com caráter altamente radical, diferentemente dos movimentos que a precederam. O terceiro fator, apontado por Hobsbawm para a primazia da Revolução Francesa em comparação às demais, leva em conta que ela foi a única ecumênica, pois a partir dela os exércitos franceses partiram para revolucionar o mundo, e suas ideias, segundo este autor, realmente o revolucionaram.

As raízes desse grandioso evento estão na desigualdade entre os diferentes grupos sociais que então compunham a França. Havia um grupo pequeno, de cerca de quatrocentas mil pessoas, entre os prováveis vinte e três milhões de franceses da época, que formavam a nobreza. Essas pessoas gozavam de consideráveis privilégios, inclusive da isenção de vários impostos, e do direito de receber tributos feudais (HOBSBAWM, 2010, p. 100). Esses tributos, somados aos dízimos, às taxas e aos impostos, tiravam uma grande e cada vez mais considerável proporção da renda dos camponeses (grupo de cerca de 80% da população francesa), sendo que a inflação reduzia o valor do resto (HOBSBAWM, 2010, p. 104). Além disso, a classe burguesa crescia em importância econômica na França, mas não recebia prestígio social, nem valorização política, comungando grande insatisfação com os camponeses. Neste quadro, os problemas financeiros

da monarquia agravaram a situação, sendo que a estrutura fiscal e administrativa do reino eram obsoletas, e a França, além disso, estava envolvida na guerra da independência americana, aumentando as despesas públicas com a marinha, o exército e a diplomacia (HOBSBAWM, 2010, p. 104-105). Esse aprofundamento da crise, somado à tentativa de solução através da convocação dos *Estados Gerais*, deu início à rebelião das camadas populares, resultando na Revolução Francesa.

Para que a Revolução Francesa fosse deflagrada, foi necessária a atuação de muitos homens, mas também de mulheres. Neste sentido, durante este evento, nos deparamos com importantes testemunhos que desmistificam a idéia da fragilidade feminina. Podemos estimar que a cada dez revolucionários ou contrarrevolucionários engajados, de um a dois eram mulheres (GODINEAU, 2003, p. 220). Essa participação expressiva feminina é notada por SOUZA (2003, p. 114-115), que afirma que:

Sendo vítimas da crise de abastecimento, da inflação e da desordem fiscal, as mulheres das camadas inferiores da sociedade participaram de sublevações e protestos em várias cidades, desde os meados do século XVIII. Assim, quando o rei convocou os Estados Gerais em agosto de 1788, elas se fizeram presentes, lutando ao lado dos homens e mobilizando a população para escolher bons representantes para a Assembléia Nacional Constituinte. Nessa eleição, nenhuma mulher foi eleita para representar o povo no Congresso Nacional. Não havia esse direito político para elas. Mesmo assim, elas estavam sempre presentes nas galerias, ora aplaudindo, ora

apupando os deputados ali reunidos. A pressão que elas exerciam era tão grande e constante que, em 1793, foram impedidas de assistir às sessões do parlamento. Diante desta proibição, as mulheres continuaram agindo nos cafés, nos salões, na imprensa e em outros lugares onde pudessem. Além disso, as engajadas criaram, em toda a França, mais de sessenta organizações, onde eram debatidas as questões políticas do momento e as decisões tomadas pelo Congresso Nacional.

Nesse sentido, devemos observar que, desejosas de participar da vida política, muitas mulheres, durante esta Revolução, formaram clubes patrióticos, onde liam em comum textos de leis e de jornais, discutiam, faziam petições e recolhiam doações (PERROT, 1998, p. 72).

Devemos levar em conta que, no contexto da Revolução Francesa, além de muitas demandas sociais, haviam também os anseios femininos na luta por igualdade de direitos, sobre essas questões, SOUZA (2003, p. 116) afirma que:

As reivindicações das mulheres ao longo da Revolução Francesa podem ser resumidas em dois campos: direitos civis e cidadania política. Durante o Antigo Regime, a mulher era inteiramente tutelada, por causa da sua suposta inferioridade fisiológica, moral e intelectual. Verdade é que, sem o acordo do marido, ela não podia realizar ato jurídico nem dispor dos seus

bens. Os casamentos resultavam das estratégias familiares, traçadas pelos pais dos nubentes, visando aos interesses políticos ou financeiros. Por isso, a dissolubilidade do casamento através do divórcio era uma das reivindicações não somente das mulheres, mas também de homens mal casados. Em função disso, desde 1768, ou seja, 20 anos antes do início da Revolução, começou a surgir toda uma literatura contra a indissolubilidade do casamento e em favor do divórcio.

Assim, podemos notar que, através de protestos, de manifestações e da criação de clubes para reuniões, as mulheres se engajaram na Revolução Francesa, em busca da conquista de direitos sociais, possuindo um papel importante na construção deste movimento revolucionário.

4.2- A *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* e suas implicações para as mulheres

Como vimos, durante a Revolução Francesa, ocorreu a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, que se inspirava em ideias iluministas e proclamava as liberdades e os direitos fundamentais do homem, como os direitos à liberdade, propriedade, liberdade de expressão e de comunicação, igualdade jurídica, dentre outros. Ainda hoje, ela serve de inspiração para a constituição francesa, bem como para a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Apesar dos avanços que a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* trouxe, ela gerou algumas polêmicas, sobretudo na França, em relação a sua interpretação relativa às mulheres e aos direitos delas.

Um dos pontos mais polêmicos da *declaração* é que a interpretação dela, no contexto da Revolução Francesa, é contraditória. O universalismo da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* não envolve verdadeiramente as mulheres, pois as trata como se elas não fossem indivíduos, não lhes concedendo direitos políticos, apesar de lhes trazerem direitos civis, como a igualdade de sucessão, igualdade no ato civil do casamento, que supõe seu livre consentimento e pode ser dissolvido pelo divórcio; e o direito de gerir seus próprios bens em função do contrato de casamento (PERROT, 2017, p. 142). Além disso, ocorreu o reconhecimento da igualdade de todos os herdeiros, sem distinção de sexo, o que constitui uma ruptura importante com o direito consuetudinário (PERROT, 1998, p. 73). Apesar disso, as mulheres não eram consideradas indivíduos, mas sim membros de uma família, a qual era representada pelo pai, que o código napoleônico transformou no pilar da sociedade civil (PERROT, 1998, p. 71).

Apesar de toda a participação que tiveram na Revolução Francesa, houve um direito dolorosamente não conquistado pelas mulheres neste contexto: o direito ao voto. Nesse sentido, devemos observar que:

A Revolução destronou o pai, assim como matou o rei. (...) em todo caso, a Revolução Francesa exclui as mulheres do exercício da política, a começar pelo direito de voto. São todas “cidadãs passivas”, como os menores, os estrangeiros, os mais pobres e os loucos. “Isso, no estado atual”, dizia Sieyès, organizador do sufrágio. E isso era, certamente, a expressão de uma dúvida, que poucos homens – exceto Condorcet – compartilhavam. Uma porta entreaberta, na qual o feminismo ia se infiltrar, e mesmo se engolfar

(PERROT, 2017, p. 142).

No contexto dessas exclusões, devemos levar em conta que a das mulheres é particularmente severa, pois, ligada ao sexo, ela não poderia ser modificada, como podem a idade, a nacionalidade ou o nível de riqueza. Os sufragistas do século XVIII acreditavam que, assim como as crianças, as mulheres eram feitas para serem protegidas (PERROT, 1998, p. 120).

A exclusão do direito ao voto para as mulheres se deve, em grande medida, a algumas das idéias iluministas correntes no século XVIII. Mesmo filósofos refinados, como Rousseau, defendiam visões sobre as mulheres ligando-as a atributos como inferioridade, fraqueza e submissão ao marido (SOUZA, 2003, p. 113). Rousseau acreditava que:

Na união dos sexos cada qual concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Dessa diversidade, nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco; é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco. Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem (ROUSSEAU, 1973, p. 415).

Concluindo, devemos lamentar o fato de que o direito ao voto foi tardiamente conquistado pelas mulheres na França. Local da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, a França foi o penúltimo país do continente europeu a ter concedido o direito de voto às mulheres, em 1944, quando, além dela, na Europa, só faltava a Grécia para dar esse passo (PERROT,

1998, p. 118). Apesar disso, não devemos desdenhar da importância da Revolução Francesa para as mulheres, pois o balanço civil desse acontecimento é positivo a elas e, além disso, com a instauração da democracia, passou-se da legitimidade estatutária do “alguns” à potencialidade do “todos”, e a democracia, que era inicialmente exclusiva, podia pelo menos vir a se tornar indefinidamente inclusiva (PERROT, 1998, p. 73).

Devemos lamentar também o fato de que muitas jovens, atualmente, no Brasil, se recusem a votar, e mesmo a tirar o seu título de eleitora, provavelmente por desconhecer a árdua luta que as mulheres travaram pelo sufrágio, bem como o potencial transformador que o voto possui para a realidade social.

A respeito do cinema, podemos afirmar que ele é muito rico na produção fílmica sobre a Revolução Francesa, existindo muitas obras realizadas por diretores premiados, como Sofia Coppola e Jean Renoir. Acerca deste tema, um dos filmes que mais nos chamou a atenção foi *Adous minha rainha*.

Lançada em 2013, esta obra, dirigida por Benoît Jacquot, e estrelada por Léa Seydoux e Diane Kruger, tenta narrar a vida como ela era no Palácio de Versalhes, no momento da tomada da Bastilha, evento que levou muitos nobres, cortesãos e servos ao desespero. O filme retrata vários casamentos entre nobres, realizados por interesses familiares, em que não existia grande apego entre maridos e esposas. Além disso, é retratada a situação de profundos contrastes na França, onde vemos uma corte repleta de luxo e de extravagâncias, e o mundo fora do palácio, cercado por epidemias, pobreza e fome.

Este filme mostra, sobretudo, os excessos da rainha Maria Antonieta (Kruger), que em meio às moléstias e aos riscos que corria, após a tomada da Bastilha, parecia apenas se preocupar com a perda dos seus

luxos e privilégios, assim como a maioria das mulheres do Palácio. Na obra a personagem principal é Sidonie Laborde (Seydoux), uma jovem que, assim como muitas cortesãs, nutria uma grande adoração pela rainha, mas era apenas utilizada por ela como um joguete em seus planos. Mostrar alguns episódios importantes do início da Revolução Francesa sob o ponto de vista de uma mulher que não pertence à alta nobreza é, provavelmente, o grande mérito de *Adeus minha rainha*.

5 AS MULHERES, AS MÁQUINAS E A GUERRA: A CONQUISTA DE POSTOS NO MERCADO DE TRABALHO⁹

Nos dias atuais, tanto nas cidades, quanto na zona rural, ainda existem muitas mulheres que estão presas ao lar e à criação dos seus filhos, e que não tiveram muitas oportunidades de escolher uma vida diferente da que vivem, mas podemos notar também que não é pequeno o número de mulheres em uma situação bem diferente desta. Movidas pelo desejo de estudar e de se aprimorar, muitas mulheres ocupam hoje vagas de destaque em universidades renomadas, sendo comum as vermos também a exercer diversas atividades de alta qualificação profissional, ou mesmo a atuar em cargos de chefia, tanto na rede pública, quanto na rede privada. Além disso, ocupações que outrora eram vistas como masculinas, por necessitarem de força física para o seu êxito, tais quais as de pedreiro, motorista e soldado, também são, atualmente, realizadas por mulheres, que estão em todos os espaços públicos, cada vez em um número maior.

Apesar desses avanços alcançados, relativos à conquista de

⁹ Este capítulo foi construído a partir de discussões com uma turma de quarta etapa do ensino fundamental.

oportunidades no mundo do trabalho, as mulheres ainda enfrentam muitos desafios e preconceitos em toda parte.

Neste sentido, mesmo reconhecendo o talento, os estudos e as qualificações das mulheres para o exercício de qualquer profissão, a sociedade continua cobrando delas a maternidade, que é praticamente transformada não em uma escolha, mas quase que em uma imposição, assim como os cuidados com o lar, a família e a reputação, que são incentivados na menina desde os anos iniciais de sua infância. Nas escolas, são muitos os relatos de adolescentes que afirmam que alguma mulher de sua família já recebeu a cobrança de deixar o emprego para cuidar dos filhos e da casa, que ainda é tida como o lugar da mulher. Todo este tipo de cobranças proporciona uma sobrecarga de atividades à maioria das mulheres, que costumam ter duas jornadas de trabalho, sendo a primeira realizada nos empregos e, a segunda, em seus lares, o que nem sempre é desejado por elas, mas, na maioria das vezes, acontece.

Apesar disso, nem todas as mulheres se submetem a esta realidade. Muitas resistem a estas pressões e escolhem outras formas de serem felizes, quer seja se mantendo solteiras, ou, dependendo de sua orientação sexual, vivendo com outras mulheres. Neste cenário, devemos levar em conta que a luta pela igualdade de oportunidades tem possibilitado que, cada vez mais, novas formas de constituição de família estejam sendo reconhecidas, apesar de ainda existir muito preconceito na sociedade em relação a elas. É por conta desses desafios, e de outros mais, que o movimento feminista continua muito forte e atuante no Brasil.

O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho capitalista possui uma forte ligação com a Revolução Industrial, esta que provocou profundas transformações na sociedade, pois a partir dela a força física foi perdendo importância no mundo do trabalho e a mão-de-obra humana foi cedendo lugar às máquinas, que poderiam ser controladas tanto

por homens quanto por mulheres. Neste sentido, BARROS (2010, p. 67) acredita que o emprego generalizado de mulheres e de menores chegou a suplantiar o trabalho dos homens na Inglaterra, durante o início da Revolução Industrial, pois as máquinas reduziam o esforço físico e tornavam possível a utilização de novas forças de trabalho, ainda não preparadas para reivindicar direitos e, portanto, mais suscetíveis a remunerações inferiores. Além disso, o Estado se mantinha omissivo na questão relativa às relações de trabalho, o que gerava exigências idênticas tanto a homens quanto para mulheres, por parte dos empregadores, não havendo limitação quanto à jornada de trabalho, que poderia chegar a mais de 16 horas diárias, nem sensibilidade diante de questões como a maternidade e as conseqüências que ela pode acarretar à vida da mulher (NASCIMENTO, 2010, p. 38).

Sobre a Revolução Industrial, um processo histórico que se iniciou na Inglaterra e que se espalhou por todo o mundo, Hobsbawm (2010, p. 60) observa que:

(...) De fato, a Revolução Industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se ‘completou’, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ela ainda prossegue; quando muito podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada (...) Mas a revolução mesma, o “ponto de partida”, pode provavelmente ser situada com a precisão possível em tais assuntos, em certa altura dentro

dos 20 anos que vão de 1780 a 1800: contemporânea da Revolução Francesa, embora um pouco anterior a ela.

Sob qualquer aspecto, este foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades.

Essa indústria, nascente no século XVIII, além de uma grande quantidade de mão-de-obra, necessitava de um número cada vez maior de consumidores e isso também gerou pressões pelo assalariamento feminino, pois as mulheres, tanto quanto crianças e adolescentes, por quase toda a sua história, não podiam receber dinheiro. Em virtude disso, foram criadas leis, primeiro na Grã-Bretanha e depois na França, que permitiam que as mulheres casadas pudessem receber diretamente seus salários; mesmo assim, os partidários da lei apoiavam-se na noção do interesse das crianças, que era ameaçado pelo alcoolismo do pai, um hábito comum à época (PERROT, 1998, p. 97).

Neste contexto, o processo de educação das mulheres começou a avançar mais rapidamente em toda a Europa, e PERROT (2017, p. 94) afirma que:

A escolarização das meninas no primário operou-se nos anos 1880; no secundário, em torno de 1900; o ingresso das jovens na universidade aconteceu entre as duas guerras, e maciçamente a partir de 1950. Atualmente as jovens universitárias são mais numerosas que os rapazes.

Este maior acesso feminino à educação pode ser explicado como um efeito da modernidade e se liga, provavelmente, a aspirações de todos os setores da sociedade, pois os homens desejavam ter “companheiras inteligentes”, os Estados almejavam mulheres instruídas para a educação básica das crianças e o mercado de trabalho necessitava de mulheres qualificadas, principalmente para o setor terciário de serviços, para exercer funções tais quais as de datilógrafas e secretárias (PERROT, 2017, p. 95). Mesmo com esses avanços, devemos levar em conta que a maior parte do que era escrito pelas mulheres não se tornava público, pois sua escritura ficava, em geral, restrita ao domínio privado, à correspondência familiar ou à contabilidade da pequena empresa (PERROT, 2017, p. 97).

Apesar dessas limitações, o domínio da escrita foi fundamental para o empoderamento feminino, pois, por mais que permanecessem restritas a tarefas subalternas, elas iam se inserindo cada vez mais nas atividades que lhes eram permitidas, primeiro através da correspondência, depois da literatura e, por fim, da imprensa (PERROT, 1998, p. 59).

Tudo ia acontecendo em um contexto no qual a imprensa aumentava a sua importância e o seu alcance na sociedade. A partir do século XVIII, e principalmente do século XIX, ela se torna a forma principal de expressão e de formação da opinião pública e as tiragens não pararam de crescer, até o início do século XX. Para se ter uma idéia do alcance dos jornais durante este período, podemos estimar que, na França, quatro diários tiravam, cada um, cerca de um milhão de exemplares e na Grã-Bretanha, cada família costumava ler vários jornais todos os dias (PERROT, 1998, p. 77).

Nesse contexto, as mulheres começaram a escrever na Grã-Bretanha, mas também na França e na Itália, primeiro na imprensa de moda, em funções como redatoras, mas às vezes de diretoras e, ao lado da

moda propriamente dita, elas também costumavam ter oportunidades em conselhos, narrativas de viagem, notícias, dentre muitas outras funções (PERROT, 1998, p. 80).

As mulheres das camadas sociais mais populares, que não possuíam grandes oportunidades nos mundos jornalístico e literário, também tiveram a sua vida bastante alterada pela Revolução Industrial. No século XIX, as mulheres se moviam mais do que costumamos imaginar, pois elas participavam das migrações, e, em busca de empregos, camponesas partiam para a cidade, perseguindo ocupações como domésticas ou costureiras, e as burguesas médias costumavam ser contratadas como preceptoras, não raro muito longe de seu país de nascimento (PERROT, 1998, p. 86).

Além disso, a busca pela conquista de mercados consumidores cada vez mais distantes, que o capitalismo empreende desde o seu surgimento, levou as nações pioneiras da Revolução Industrial a se envolverem em várias guerras sangrentas, que aconteceram em escala mundial. Neste contexto, o trabalho feminino ganhou ainda mais importância e o mundo mudou, assim como as mulheres e as suas aspirações.

Até o século passado, em tempos de guerra, os homens costumavam lutar nas batalhas, e as mulheres na retaguarda, realizando as tarefas tidas na época como masculinas e, a partir disso, elas conquistaram espaços que antes não podiam nem imaginar ocupar. Nesse sentido, durante a Grande Guerra, além de manterem suas obrigações com a casa e a família, elas dirigiram bondes ou táxis, e entraram até mesmo nas usinas metalúrgicas (PERROT, 1998, p. 93). Quando a guerra acabou, muitas dessas mulheres devolveram os postos ocupados, aos homens, e voltou ao lar, que eles lhes pintavam como um ideal, para o qual o regresso era um dever urgente (PERROT, 1998, p. 97). Apesar disso, várias delas continuaram empregadas nos escalões mais baixos das indústrias, bem como dos demais postos de trabalho, permitindo que os homens subissem

na hierarquia dos empregos mais qualificados e mais bem remunerados (PERROT, 1998, p. 100). Mesmo com essas contradições, após as grandes guerras, e as transformações que elas provocaram na sociedade, as mulheres nunca mais foram as mesmas, nem o mundo. Havia novas aspirações, bem como novas demarcações e fronteiras e a capacidade feminina de realizar qualquer tipo de trabalho já estava comprovada.

Sobre a industrialização, vários filmes de grande relevância foram produzidos, tanto por cineastas icônicos, como Charles Chaplin, quanto por outros menos conhecidos. Uma das obras que mais nos chamou a atenção, nesta temática, não trata necessariamente da Revolução Industrial, mas revela algumas das mazelas que as mulheres sofriam no mercado de trabalho, em Londres, no Início do século XX. Nos referimos ao drama *As sufragistas*, um filme de 2015, dirigido por Sarah Gavron, estrelado por Carey Mulligan, que conta com a participação de Meryl Streep. O filme revela a luta da personagem principal, Maud Watts, uma simples trabalhadora de uma lavanderia, sem formação política, pelo direito ao voto feminino. Este filme mostra uma série de abusos que eram cometidos pelos homens, em um mundo de recente industrialização, contra as mulheres, no ambiente de trabalho, que incluíam abusos físicos, sexuais, psicológicos, além de uma jornada de trabalho exaustiva, que incluía a criação dos filhos, por mais que, à época, eles fossem vistos como uma propriedade do pai.

O direito ao voto é visto pelas protagonistas do filme como a grande esperança para uma mudança no mundo, e para a garantia da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Pelo sonho de um dia poder votar, as personagens desta obra fazem uma série de sacrifícios, como greves de fome, a perda do emprego, o encarceramento, o abandono da família, dentre outros mais. O final é chocante e vale à pena conferi-lo.

6 A contemporaneidade, o cinema e as mulheres: a luta pela igualdade de oportunidades continua viva¹⁰

Atualmente, as mulheres ocupam postos de grande destaque na sociedade brasileira. Dilma Rousseff chegou a ser eleita e reeleita presidenta do país, que governou de 2011 até 2016, quando sofreu *impeachment*, e foi obrigada a deixar o cargo. Outras mulheres, como Ana Júlia Carepa¹¹ e Luiza Erundina¹², também assumiram altos cargos no poder executivo e, Carmem Lúcia Antunes Rocha, é a atual Presidenta do Supremo Tribunal Federal do Brasil, desde o ano de 2016. No nosso dia-a-dia também podemos notar o protagonismo feminino em diversos espaços, como por exemplo, nas

¹⁰ Este capítulo foi produzido a partir de discussões com todas as turmas do CESEF.

¹¹ Foi Governadora do Estado do Pará pelo Partido dos Trabalhadores, entre os anos de 2007 e 2010. Além disso, foi Senadora pelo Pará entre 2003 e 2006, Vice-prefeita de Belém, entre 1997 e 2000, Deputada Federal pelo Pará, entre 1995 e 1996 e Vereadora de Belém, por duas vezes, entre 1993 e 1995 e depois, de 2001 até 2003, sempre pelo Partido dos Trabalhadores.

¹² Foi prefeita de São Paulo, de 1989 até 1993, pelo Partido dos Trabalhadores. Acumulou ao longo de sua vida pública os cargos de Deputada Federal por São Paulo, Deputada Estadual de São Paulo, Vereadora de São Paulo e Ministra-Chefe da Secretaria de Administração Federal, este último cargo, no ano de 1993, durante o mandato do Presidente Itamar Franco.

universidades, já que pesquisas indicam que as mulheres são a maioria a ingressar e a concluir cursos superiores no Brasil¹³. No século XXI, receber educação formal, entrar no mercado de trabalho e conquistar reconhecimento profissional não são mais barreiras intransponíveis para as mulheres brasileiras.

Apesar de todos estes avanços, ainda existem muitas conquistas necessárias para as mulheres na luta pela igualdade de oportunidades e isso pode ser notado em nossa vida cotidiana. No ano de 2017 cresceu, em vários países, inclusive no Brasil, o número de denúncias de mulheres que afirmavam já haverem sofrido assédio sexual no seu ambiente de trabalho, e isso pode ser facilmente percebido em diversos locais. Nesse sentido, podemos citar espaços como os estádios de futebol, onde torcedoras e repórteres tem sofrido xingamentos e violência física, recorrentemente; ou os escritórios, onde muitas mulheres são insistentemente assediadas, por seus patrões, ou por outros funcionários de hierarquia mais elevada que a sua; ou o transporte público, onde alguns homens costumam se aproveitar do mau serviço prestado, em metrô e ônibus, para abusarem dos corpos femininos; ou ainda na televisão, na imprensa escrita e na internet, que noticiam diariamente estas tristes situações, muitas vezes sem proporcionar o devido cuidado que as vítimas desses casos merecem.

Neste contexto, o mundo do cinema não passou impune. No ano de 2017 o mundo da sétima arte enfrentou uma sequência de vários escândalos. Diversas atrizes de grande fama, dentre elas Gwyneth Paltrow e Angelina Jolie, acusaram o produtor Harvey Weinstein, um dos homens mais poderosos do cinema, que foi produtor executivo de grandes sucessos como a trilogia *O senhor dos anéis* (2001-2003), além de filmes impactantes como *O leitor* (2008) e *Em busca da terra do nunca* (2004), de cometer assédio

¹³ Ver: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>

sexual e de realizar propostas indecentes a suas subordinadas.

Os relatos de muitas atrizes dão conta de um grande histórico de abusos cometidos por Weinstein, ocorridos durante as últimas três décadas, e que tinham como alvo diversas mulheres, todas jovens, que sonhavam em um dia construir uma carreira de sucesso na indústria cinematográfica, e que, em razão disso, sofriam coações do produtor para se relacionarem com ele. Após as denúncias, a produtora de Harvey Weinstein entrou em grave crise financeira, e o nome dele passou a não ser nem cogitado para a organização de grandes filmes e, além disso, a imagem do cinema norte-americano sofreu um grande abalo.

Outra figura proeminente do cinema a se envolver em escândalos sexuais foi Woody Allen, um famoso diretor, roteirista e ator norte-americano. Ele teve um longo relacionamento com a atriz Mia Farrow, e foi acusado de abusar sexualmente de sua filha adotiva, Dylan Farrow, quando ela era uma criança. Além de receber esta denúncia, Allen atualmente é casado com Soon-Yi Previn, outra filha adotiva de Mia Farrow, o que agrava a denúncia anterior e aumenta os rumores sobre o seu mau comportamento. Por conta dessas circunstâncias, e das suspeitas que pairam sobre a reputação de Woody Allen, muitas atrizes famosas, como Mira Sorvino, Jessica Chastain, Ellen Page, Greta Gerwig, dentre outras, que já trabalharam com o diretor em grandes sucessos, afirmam que não voltarão a atuar em filmes com ele.

Além destes escândalos de cunho sexual, também houve, recentemente, em Hollywood, um desabafo da atriz negra Viola Davis, relativo aos salários no cinema. Do ano de 2009 para cá, ela já foi indicada ao Oscar por três vezes, tendo vencido na categoria de melhor atriz coadjuvante em 2017, pelo filme *Um limite entre nós* e, mesmo com todo o reconhecimento de sua qualidade artística, Davis declarou que recebe bem menos do que as atrizes brancas de sua geração, por suas atuações.

As polêmicas relativas ao tema dos salários em Hollywood, não se resumem à questão étnico-racial. As atrizes, em geral, recebem, em média, a metade ou menos do que é pago aos homens. Neste sentido, para se ter uma ideia das disparidades entre os salários, no ano de 2017, especula-se que Emma Stone, a atriz mais bem paga do ano, recebeu cerca de 26 milhões de dólares¹⁴ por seus filmes, ao passo em que Mark Wahlberg, o ator mais bem pago, faturou cerca de 68 milhões de dólares no mesmo período¹⁵, ou seja, Stone recebeu menos de 40% da remuneração de Wahlberg, o que evidencia a desigualdade salarial entre os astros e as estrelas hollywoodianos.

Como podemos perceber, ao longo das últimas décadas, tanto nas telas de cinema, quanto na vida cotidiana, e mesmo na atuação política, as mulheres conquistaram muitos espaços, mas ainda existem diversas questões a serem resolvidas no sentido da busca pela igualdade de oportunidades entre os sexos. Temas como igualdade salarial, assédio moral, abuso sexual e violência doméstica, dentre muitos outros, precisam ser melhor trabalhados na sociedade, principalmente nas escolas e no mundo artístico, para que um dia possamos viver em uma sociedade mais justa.

¹⁴ <https://exame.abril.com.br/carreira/veja-as-10-atrizes-mais-bem-pagas-de-2017/>

¹⁵ <https://observador.pt/2017/08/23/estes-sao-os-10-atores-mais-bem-pagos-de-2017-segundo-a-forbes/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre outubro de 2017 e maio de 2018 encaramos o desafio de escrever, em conjunto com as alunas do Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), durante as aulas de História, esta obra que, em caráter paradidático, discute a situação em que viviam as mulheres em diversos momentos históricos, e a luta que muitas delas empreenderam pela igualdade de oportunidades. Certamente passamos longe de esgotar os temas abordados, que são muito variados, mas acreditamos que nossa iniciativa leva até o leitor (a) um vasto panorama da luta feminina por direitos iguais, no Ocidente.

Ao iniciarmos nosso trabalho, tínhamos doze alunas no CESEF, que entenderam o projeto e se engajaram em desenvolvê-lo, dedicando-se na leitura dos textos, na análise dos filmes e na produção escrita. Apesar desta dedicação das socioeducandas, desenvolver esta obra foi uma tarefa bastante complexa, devido ao fato de que o número de adolescentes internadas em nossa unidade variou muito ao longo do tempo, em virtude de que a permanência delas no CESEF não coincide com o início e nem com o fim de um ano letivo, mas com o cumprimento de uma medida socioeducativa, que depende de uma decisão judicial, que não é, necessariamente, ligada a aspectos pedagógicos.

Desse modo, uma vez cumprida a medida pela estudante, ela é desligada de nossa escola e transferida para outro estabelecimento, mesmo que esteja em curso um projeto educacional de importância para ela. Ao mesmo tempo, outras alunas ingressavam nas turmas, e precisaram ser convencidas a participarem do projeto, que estava em andamento. Mesmo com estas dificuldades, que já eram previstas, nosso trabalho correu bem, pois as novas alunas, que iam ingressando nas salas, eram bem acolhidas pelo professor e pelas colegas, e logo entravam no ritmo das “veteranas”.

Nestes sete meses de desenvolvimento do livro, atendemos ao todo a vinte e uma adolescentes, que entravam e saíam do CESEF conhecendo um pouco mais sobre a história das mulheres, que é, de algum modo, a sua própria história. Ao encerrarmos a produção dos nossos capítulos, tínhamos somente seis alunas, divididas em quatro turmas e, delas, somente duas faziam parte do grupo original, que respondeu ao primeiro questionário, que deu origem a nossa introdução. Apesar disso, todas as seis alunas restantes compreenderam os objetivos do livro e se dedicaram muito em sua produção, durante as aulas que acompanharam, por mais que não tenham participado das atividades iniciais.

Durante as aulas, como observamos, a maioria das alunas ingressava no CESEF afirmando já ter presenciado, em algum momento de sua vida, cenas de violência doméstica cometidas contra mulheres. Nesse sentido, nosso projeto, além de propor um exercício de produção textual, também tinha por objetivo desenvolver, nas socioeducandas, uma visão de mundo que desnaturaliza-se este tipo de prática. Para verificarmos se conseguimos algum tipo de êxito nesta iniciativa, formulamos um questionário, que foi aplicado a cada uma das alunas restantes ao fim do projeto.

A primeira pergunta entregue às alunas dizia respeito à questão da importância do voto. Nela, nós levamos as socioeducandas a recordarem

um dos principais assuntos abordados no nosso projeto, o sacrifício feito por muitas mulheres na luta pelo direito ao voto, e questionamos qual era o interesse que elas possuíam em votar antes e depois de conhecerem o tema. Das seis alunas, três afirmaram que não tinham a intenção de votar e que hoje mudaram de idéia. Uma delas afirma que:

“Hoje em dia eu quero sim porque eu não sabia que as mulheres tinham passado por tudo isso para poder votar (prisões, tortura, greves de fome e abandono familiar).”

Uma segunda aluna explicou a sua mudança de ideia afirmando que:

“Hoje tenho uma visão mais ampla sobre os acontecimentos que ocorreram nas últimas décadas e hoje tenho mais expectativas sobre o voto.”

A terceira aluna justifica sua mudança de opinião argumentando que:

“Hoje em dia eu quero votar porque é muito importante o voto e as mulheres lutaram pelo direito ao voto, por isso eu quero votar.”

Além das alunas que mudaram de opinião sobre o voto, existe uma que, antes mesmo de se envolver em nossa produção, já desejava votar, e justifica essa opção nos informando que:

“Desde os meus 10 anos eu sempre perguntava para os meus pais como era votar.”

As justificativas das alunas que não demonstraram interesse pelo voto são bem diferentes uma da outra. A primeira diz que não pensava em votar antes e nem pensa nisso agora por conta de sua idade, já que ela possui apenas treze anos, sendo a aluna mais nova do CESEF no momento. A segunda aluna demonstrou profunda indignação com os rumos da política brasileira, e argumentou que:

“Não tinha intenção de votar e nem tenho vontade de votar, por conta de a política estar corrupta.”

A segunda pergunta que fizemos às adolescentes diz respeito à metodologia que empregamos, de utilizar o cinema durante as aulas. Queríamos saber se elas gostaram desta experiência. Das seis alunas, cinco aprovaram essa forma de trabalhar - a maioria delas sem elaborar grandes justificativas -, e uma delas se absteve de responder, pois, quando entrou no CESEF, nós já havíamos trabalhado os filmes.

Dentre os comentários das alunas acerca deste questionamento, podemos destacar que uma delas afirmou achar “chatas” as aulas tradicionais e, por isso, aprovou o trabalho com os filmes. Uma segunda aluna diz que:

“Os filmes me mostraram muitos fatos que eu ainda não conhecia, e hoje em dia foi bom aprender. Hoje em dia já me interessa pela

história.”

Outra aluna agradeceu a exibição dos filmes, pois eles lhe deram a oportunidade de ver várias coisas que ela afirma nunca ter visto, o que ela considerou interessante.

A terceira pergunta que fizemos em nosso questionário diz respeito ao silenciamento que em muitos momentos foi imposto às mulheres, ao longo da história e, nesse contexto, indagamos as socioeducandas sobre qual elas consideram que deve ser a postura da mulher na atualidade diante destas tentativas de silenciamento. Todas afirmaram que a mulher não pode aceitar ficar relegada a um segundo plano na sociedade. Alguns comentários mereceram destaque, como:

“Hoje em dia é claro que nós mulheres devemos sim manter uma boa postura diante das pessoas, mas isso não significa que devemos ficar em silêncio, pelo contrário, devemos nos expressar bem diante das pessoas e buscar com o nosso conhecimento os nossos direitos pela igualdade.”

Uma segunda adolescente, mantendo o discurso em prol da luta feminina, afirmou que

“elas antes eram caladas, mas nós mulheres não devemos ser assim, pois a gente tem que lutar pelos nossos direitos.”

Esta opinião é parecida com a de uma terceira estudante, que acredita que

“a mulher não tem que ficar calada e também ela tem todo o direito de falar o que ela acha e o que ela pensa.”

Outras três socioeducandas mantêm um raciocínio semelhante, mas não desenvolvem seus argumentos com profundidade, dizendo que “toda mundo merece ser tratado com direitos iguais, principalmente as mulheres”, que “elas tem que ser determinadas em seus objetivos” e que “a mulher tem que ter um trabalho para poder ser respeitada”.

Como podemos perceber, todas as alunas reprovam o silenciamento imposto às mulheres, tanto no passado quanto na atualidade, mas algumas delas ainda apresentam o discurso de que as mulheres precisam de um emprego ou de conhecimentos acadêmicos para serem reconhecidas, apresentando, em seus argumentos, traços de uma visão de mundo extremamente capitalista, onde o reconhecimento social depende do que podemos exibir ou comprar.

A nossa quarta pergunta se liga ao tema da violência contra a mulher. Queríamos saber se, a partir das discussões em sala de aula, as adolescentes sabiam aonde procurar ajuda em caso de sofrerem ou presenciarem violência contra a mulher. As repostas das alunas foram muito satisfatórias, pois todas afirmaram conhecer a *Lei Maria da Penha* e a existência de delegacias especializadas ao atendimento de mulheres. A satisfação provocada pelas respostas se deve ao fato de que, durante as aulas, as alunas, muitas das quais se encontram em situação de conflito com as leis, demonstravam um desinteresse por procurar ajuda do Estado, mas, a partir de nossa intervenção, perceberam que também são possuidoras de direitos, e que existem lugares em que podem ser recebidas sem julgamentos prévios, com base em juízos de valor desfavoráveis a elas.

A quinta pergunta de nosso questionário diz respeito a uma avaliação de nosso projeto. Perguntamos às alunas se elas consideram que valeu a pena conhecerem, ao longo de sete meses, um pouco sobre a história da luta das mulheres pela igualdade de oportunidades. Todas aprovaram a temática e, uma delas afirmou que:

“valeu a pena e eu tenho outro olhar para as mulheres, pois hoje eu percebo como elas são importantes para a sociedade.”

Outra aluna comentou que a nossa intervenção foi importante

“com certeza, sim, me ajudou muito a querer mais os meus direitos pela igualdade dos sexos.”

Uma terceira aluna avaliou que

“valeu sim a pena. Percebi que a gente não deve ficar calada e nem contra os votos.”

Uma quarta aluna informou que sempre admirou “mulheres corajosas e de atitude”, raciocínio compartilhado com o de uma adolescente que comentou achar sempre importante conhecer uma parte do “mundo das histórias”, o que ajudou a ampliar o ponto de vista e os conhecimentos dela.

A nossa sexta pergunta foi feita no sentido de propiciar uma autoavaliação da adolescente. Queríamos saber se ela, antes de conhecer nosso projeto, se achava capaz de participar da produção de um livro e se acredita que hoje em dia se sente capaz de realizar esta tarefa. Todas as

alunas informaram que sete meses atrás se sentiam incapazes de escrever um livro e que estão muito felizes por perceber que estavam erradas a esse respeito. Algumas das repostas precisam ser transcritas, como a de uma adolescente que firmou que

“Nunca pensei em participar de um livro, e foi ótimo saber que fui capaz de fazer isso”.

Outra, demonstrou reconhecer o seu amadurecimento, pois percebeu que

“hoje em dia acho que tenho coisas boas pra compartilhar.”

Uma socioeducanda enfatizou que se sente muito satisfeita por falar a respeito das mulheres e sobre a importância delas no mundo.

Nossa última indagação buscava perceber a expectativa que as alunas possuíam pelo lançamento do livro. Foi gratificante ler as respostas, que vieram em tom de agradecimentos. Nesse sentido, uma das alunas demonstrou ansiedade, pois afirma que está tendo uma oportunidade que nunca teve. Outra aluna comentou estar muito feliz, dizendo ter sido muito gratificante para ela participar desta obra. Uma das adolescentes demonstrou grande entusiasmo e afirmou que está muito empolgada com a ideia de participar do lançamento do livro:

“Sim. Muito. Pretendo estar presente no lançamento e agradeço muito ao professor que nos deu essa oportunidade. Fico mais feliz que posso estar em liberdade neste lançamento. Só

sucesso nosso livro, se Deus quiser.”

Como podemos perceber através da análise das respostas deste questionário, nosso livro atingiu seus principais objetivos, pois despertou o interesse das alunas pela produção escrita, reforçando a autoestima de adolescentes que estavam afastadas da sala de aula e, além disso, contribuiu para que elas se enxergassem enquanto sujeitos que possuem direitos. Acreditamos que esta obra também pode ajudar na compreensão da luta das mulheres pela igualdade de oportunidades, o que beneficia não só a socioeducação feminina, mas a sociedade brasileira como um todo, ainda carente de textos paradidáticos sobre o tema. A história das mulheres, como vimos, não é só delas, mas também *nossa*, de todos nós.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARNAOUTOGLU, I. *Leis da Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2003.
- BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2010.
- BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2012.
- CAVALCANTE, Helison Geraldo Ferreira. *Superando o fardo: Hayden White e o ensino de história*. In: PADOVANI NETTO, Ernesto (org.). *Historiografia e ensino de história: a sala de aula em questão*. Belém: Amazônica Bookshelf, 2018.
- DEL PRIORI, Mary. *Apresentação*. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DUARTE, Rosália. *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954)*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002.
- FRANKLIN, Karen. *Aristóteles e Platão: discursos sobre a mulher na Antiguidade*. In: *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 91-116, 2016.
- GODINEAU, Dominique. *Les femmes dans la société française 16-18 siècle*. Paris:

- Armand Colin, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- LASCH, Chistopher. *A mulher e a vida cotidiana: Amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Representações femininas na Idade Média: o olhar de Georges Duby*. In: *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, p. 37-50, jul./dez.1999.
- MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2013.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.
- _____. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. *Apresentação*. In: PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, história e poder*. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SILVA, Vânia dos Santos. *Algumas Leituras Feministas de Platão: entre a imagem e a identidade*. Brasília, 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade de Brasília (UnB).

SOUZA, Itamar de. A mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. In: Revista da FARN, Natal, v.2, n.2, p. 111-124, jan./jul. 2003.

SOBRE O AUTOR

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante é Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA-2007). Atua como docente da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA) desde 2008, sendo que, nos últimos nove anos, leciona para adolescentes, do sexo feminino, em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. É especialista em Cinema e linguagem audiovisual pela Universidade Estácio de Sá (2019) e Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua (2019). Pelo projeto *Nossa História das Mulheres* concorreu ao Prêmio Educador Nota 10, tendo sido finalista nacional desta premiação, na edição de 2018.